



Relatório Anual 2025

Sicredi
Rio Grande do Norte



Sumário

Mensagem da Liderança	04
Nossa Essência Cooperativista	06
A Essência do Cooperativismo	08
Nossos norteadores	12
Presença nacional, atuação local	14
Destaques 2025	16
Nossa Cooperativa	22
Perfil	24
Atuação Regional	27
Nossos Resultados	28
Gestão da Sustentabilidade	32
Nossa gestão da sustentabilidade	34
Relacionamento e Cooperativismo	36
Difundir o cooperativismo e a sustentabilidade	38
Fortalecer nosso modelo de governança	40
Decidimos juntos, compartilhando responsabilidades e resultados	42
Soluções Responsáveis	44
Promover a educação financeira	46
Desenvolvimento Local	52
Fomentar a economia local	54
Nossos Produtos e Serviços	55
Promover a inclusão financeira	56
Promover o desenvolvimento de pessoas	57
Contribuir para o desenvolvimento das comunidades	59
Nossas Ações	60
Planejamento e Gestão	68
Planejamento Estratégico	70
Balanço Patrimonial	72
Demonstrações Financeiras	73
Parecer do Conselho Fiscal	128
Parecer da Auditoria Independente	130
Rede de Atendimento	135

Mensagem da Liderança

O ano anterior confirmou, mais uma vez, a excelente alternativa econômica que o cooperativismo de crédito abre nas mais variadas realidades sociais do nosso país. A vivência desse período foi ainda mais especial para nós cooperativistas, uma vez que 2025 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o **Ano Internacional das Cooperativas**. E o que se vê é animador: o cooperativismo de crédito ampliando a sua participação no Sistema Financeiro Nacional, com níveis acima da média.

Aqui, no Rio Grande do Norte, estamos cumprindo a parte que nos cabe para esta expansão continuar seu caminho transformador. No contexto potiguar, a Sicredi manteve o seu ciclo de crescimento, com índices inquestionáveis: nossos **ativos** bateram a marca de **2,2 bilhões de reais (27% superiores** aos do ano anterior); e superamos a marca de **31 mil associados** (neste caso, uma elevação considerável de 32%).

Há quase uma década, quando iniciamos nossos planos de “abraçar o estado” com uma rede de agências acessível, confiável e bem estruturada, lançamos as sementes cujos frutos colhemos hoje. E o principal deles é constatar um maior entendimento por parte das populações a respeito dos benefícios do **cooperativismo de crédito**, seja como agente de prosperidade ou da qualidade de vida.

Atualmente, operamos em todas as regiões potiguares, com **11 agências modernas** e estrategicamente localizadas, oferecendo todas as soluções financeiras dos bancos tradicionais, mas com a **essência cooperativista**, que prioriza pessoas, relacionamento e crescimento conjunto. Nosso público é amplo, formado por quem busca novas opções financeiras, profissionais liberais, pequenos empreendedores e até grandes empresas, que estão descobrindo juntos o grande diferencial da opção cooperativista e seus reflexos diretos no desenvolvimento local.

Os programas do Sicredi funcionam porque são concebidos dentro de regras democráticas, inclusivas e sustentáveis. São ações que favorecem o **protagonismo das pessoas** na definição de seus projetos de vida e, acima de tudo, garantem a circulação saudável de recursos em torno de comunidades que não enxergavam, a curto prazo, grandes perspectivas de futuro.

Para citar um exemplo disso, somente em operações de crédito, a Sicredi Rio Grande do Norte injetou **R\$ 989 milhões** na economia do estado, gerando inúmeras oportunidades, em vários setores. Neste valor, está contabilizada uma das maiores operações financeiras do Sistema Sicredi – da ordem de R\$ 35 milhões –, demonstrando a solidez e credibilidade da nossa instituição financeira cooperativa, que prossegue como **a maior do estado**.

Nesse patamar de realizações, é indispensável oferecer aos nossos associados um atendimento cada vez mais preparado, diante de demandas que se diversificam a todo instante. Por isso, continuaremos focados na capacitação contínua de nossas pessoas colaboradoras, que seguidamente demonstram o seu entusiasmo e total sintonia com nossos propósitos institucionais. Vale lembrar: pelo 2º ano consecutivo, somos a **Melhor Empresa Para Trabalhar** em todo o território nacional, de acordo com o ranking **Great Place To Work (GPTW)**.

O ano de 2026 nos abre importantes frentes de evolução e trabalho, principalmente em nosso **projeto de expansão**, que continuará em plena atividade. Seguiremos abrindo ou renovando unidades, em diferentes regiões potiguares, a partir de um planejamento estratégico responsável e sempre dentro de parâmetros seguros, a fim de preservar o alto conceito que o cooperativismo de crédito já desfruta no Rio Grande do Norte.

Os dados informativos e quantitativos que apresentaremos a seguir sintetizam bem o clima de tranquilidade com o qual enxergamos o futuro. Mas o nosso incentivo maior continua partindo do apoio decisivo de **nossos associados e pessoas colaboradoras**, que têm participação direta no sucesso da nossa instituição, nesses **32 anos de existência**. Em nome de nosso Conselho Administrativo, agradeço a cada um, pela dedicação e confiança em nosso trabalho a frente da cooperativa.

Muito obrigado a todos. Reforçamos o compromisso de seguirmos firmes, construindo **juntos um futuro cada vez mais cooperativo e próspero**.



Damião Monteiro Neto

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SICREDI RIO GRANDE DO NORTE

CAPÍTULO 1



NOSSA ESSÊNCIA COOPERATIVISTA

A essência do cooperativismo

08

Nossos norteadores

12

Presença nacional, atuação local

14

Destaques 2025

16

A Essência do Cooperativismo



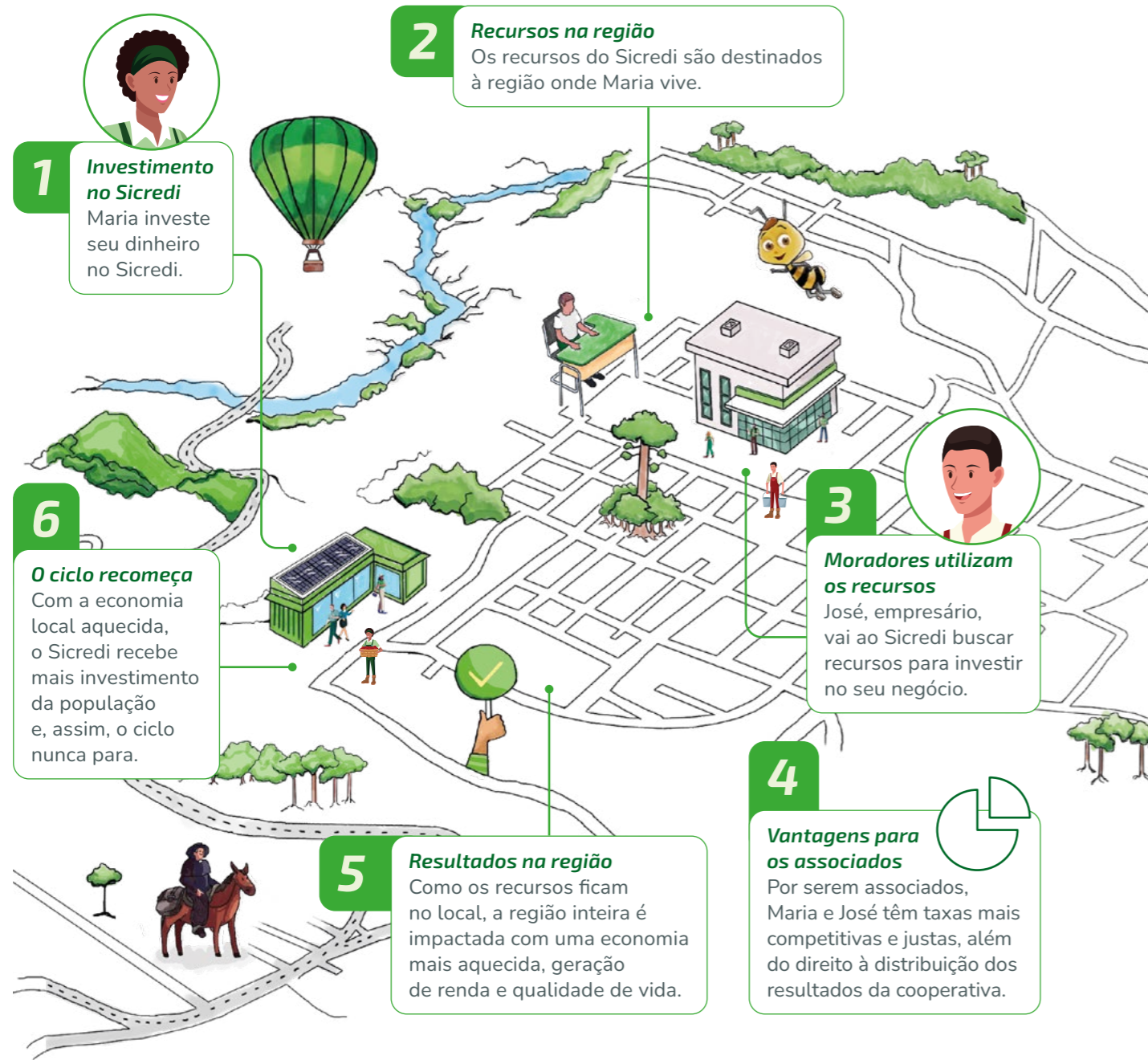
Somos o Sicredi, uma instituição financeira cooperativa que há mais de 120 anos gera impactos positivos - ambientais, econômicos e sociais - aos nossos associados e sociedade, a partir de soluções financeiras e não financeiras.

Nosso modelo de negócios é baseado na livre adesão, com uma gestão democrática e participativa. Atuamos com o propósito de construir, juntos, uma sociedade mais próspera, promovendo o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais.

A partir da nossa atuação, criamos um ciclo virtuoso do cooperativismo. Ao unirmos forças na nossa cooperativa de crédito, estamos criando um relacionamento cada vez mais próximo, promovendo o desenvolvimento local e tornando a vida de cada pessoa mais cooperativa, simplificada e próspera.

O Símbolo do Cooperativismo





O ciclo virtuoso funciona de maneira simples e eficaz. É como uma roda que gira e traz benefícios para todos os envolvidos.

Cooperativa e associados

Os associados são pessoas que se unem à nossa cooperativa de crédito e, nessa parceria, passam a ser donos do negócio, podendo ter voz ativa e poder de decisão.

Investimento na cooperativa e recursos na região

Os associados investem e poupam dinheiro em nossa cooperativa, contribuindo para que possamos oferecer recursos para as pessoas e negócios das regiões onde estamos inseridos.

Distribuição de recursos

Esses recursos podem ser utilizados para comprar uma casa, abrir um negócio ou pagar a faculdade, por exemplo, levando em consideração as necessidades e perfil financeiro de cada associado.

Economia em movimento

Os recursos utilizados para comprar, produzir e empreender não ficam parados: eles circulam na região, impulsionando a economia local. Com isso, mais empregos e serviços são criados, gerando renda e oportunidades para todos.

Resultados positivos compartilhados

À medida que os associados usam os serviços da cooperativa, resultados positivos são gerados e compartilhados com os associados, seja por meio da distribuição de resultados ou por investimentos na própria cooperativa.

Crescimento conjunto

Com melhores resultados, nossa cooperativa tem condições de oferecer taxas justas e competitivas para que outras pessoas também tenham a possibilidade de realizarem seus sonhos, além de também terem direito à distribuição de resultados.

Ao contribuir com a prosperidade conjunta de todos os envolvidos nesse ciclo, entendemos a importância da nossa atuação para promover o desenvolvimento local e melhorar a qualidade de vida das comunidades. Por isso seguimos motivados a impactar positivamente a sociedade a partir do ciclo virtuoso do cooperativismo.

“

Como associada da Sicredi Rio Grande do Norte, tenho percebido o quanto a experiência vai muito além de uma relação bancária tradicional. O atendimento é sempre muito próximo, humano e atento às minhas necessidades. As consultoras e consultores realmente acompanham meu momento de vida e apresentam soluções adequadas, com muito acolhimento e cuidado. Isso faz toda a diferença no dia a dia, porque sinto que existe uma relação de confiança e parceria.

Com o cartão de crédito Sicredi, tenho uma experiência excelente: acesso às salas VIP nos aeroportos por onde passamos, com conforto também para meus filhos, o que tornou toda a jornada muito mais tranquila e agradável. São facilidades que mostram o cuidado da Sicredi em oferecer benefícios que realmente fazem sentido para os associados, sempre com esse olhar de proximidade e valorização das pessoas.

Além disso, tenho a segurança de estar na maior instituição financeira cooperativa do estado e do Brasil, onde tecnologia, humanização e resultados caminham lado a lado!

Michelle Rincon,
Associada Sicredi.

”

Nossos norteadores

Missão

Somos um sistema cooperativo que valoriza as pessoas e promove o desenvolvimento local de forma sustentável.

Visão

Ser reconhecida como instituição financeira cooperativa com excelência em relacionamento e soluções que beneficiam nossos associados e a sociedade.

Valores

COOPERAÇÃO

A cooperação está na nossa essência

A natureza cooperativa do negócio é o que nos faz capazes de alcançar o máximo do nosso potencial. Nossa escolha é sempre por cooperar, porque o todo é maior do que a soma das partes.

ATUAÇÃO SISTÊMICA

Atuação sistêmica é a nossa força

A atuação sistêmica é a forma como nos estruturamos, reconhecemo-nos e como guiamos o nosso funcionamento: o todo funciona quando cada parte desempenha, de forma coordenada, o seu papel. O sistema nos torna sólidos, e a solidariedade nos torna fortes.



PESSOAS NO CENTRO

Interesse genuíno nas pessoas está em nosso coração

Somos movidos pelo interesse genuíno nas pessoas. Queremos verdadeiramente entender as diferentes realidades e desafios das pessoas para oferecer a solução ideal – das pessoas colaboradoras aos associados, dos associados à comunidade. Acreditamos em uma cultura de trabalho humanizada e inclusiva, com orgulho pelo que fazemos juntos. E projetamos isso para fora, proporcionando a melhor experiência cooperativa para o associado.



EVOLUÇÃO CONSTANTE

Evolução constante é nossa mentalidade

Entendemos o dinamismo do mercado e das relações. Por isso temos um olhar curioso e nos adaptamos a cada novo movimento evolutivo, criando oportunidades para melhorar, sempre. Incentivamos o empreendedorismo e aprendizado contínuo, em um modelo de cooperativismo renovado, que seja relevante para os associados e a sociedade e que cresça com eles.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Desenvolvimento local é o que nos move

Acreditamos que, como protagonistas de desenvolvimento local e sustentável, as decisões do nosso dia a dia reverberam impacto positivo em cada região em que atuamos. A crença em proporcionar qualidade de vida para todos é que nos permite amplificar o efeito do nosso trabalho.

ÉTICA

Ética rege nosso pensamento e atuação

A ética faz parte do nosso jeito de ser, pensar e atuar. É inegociável e presente a cada tomada de decisão. Regula nossos comportamentos individuais e coletivos, priorizando o respeito a todos, dentro e fora do Sistema. Norteia nossas relações interna e externamente, com associados, parceiros e comunidade.

TRANSPARÊNCIA

Transparência alimenta nossas relações

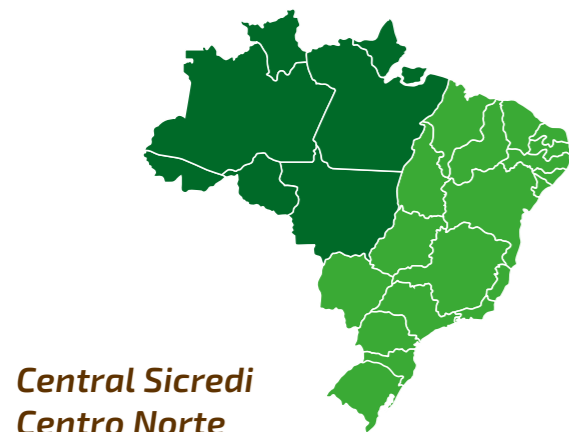
Com transparência, estabelecemos vínculos sólidos e relação de confiança com as pessoas que fazem parte do nosso sistema. É por meio da confiança que realizamos as transformações profundas na sociedade.

Presença nacional, atuação local

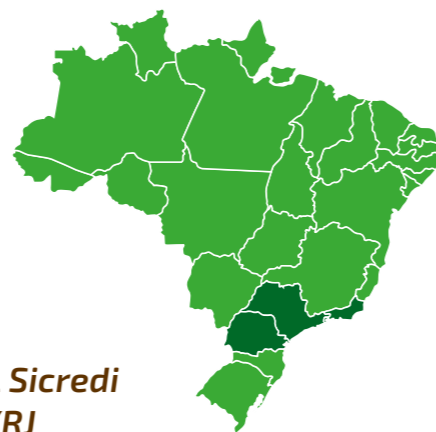


Pensamos global e agimos localmente. Em nosso modelo de atuação sistêmico, contamos com **100 cooperativas** espalhadas por todos os estados brasileiros, que somam **mais de 3 mil pontos de atendimento** e **mais de 50 mil pessoas colaboradoras**, com capacidade para atender **9,8 milhões de associados**.

Todas as nossas cooperativas são filiadas a uma das cinco centrais regionais, que são acionistas do Conselho de Administração da SicrediPar, holding que coordena, junto das próprias cooperativas, as decisões estratégicas do Sistema. Além disso, contam ainda com o apoio técnico e estratégico do Centro Administrativo Sicredi, garantindo tecnologia, segurança e solidez financeira.



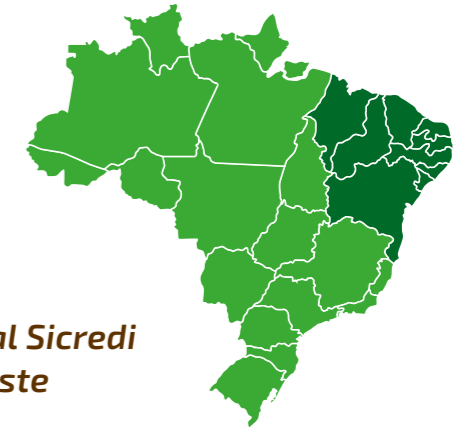
**Central Sicredi
Centro Norte**



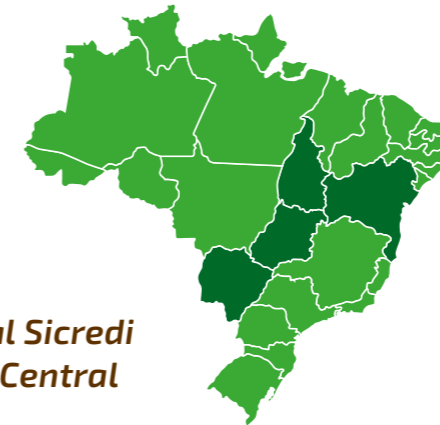
**Central Sicredi
PR/SP/RJ**



**Central Sicredi
Sul/Sudeste**



**Central Sicredi
Nordeste**



**Central Sicredi
Brasil Central**



**Ano Internacional
das Cooperativas**

Cooperativas constroem
um mundo melhor

Ano Internacional do Cooperativismo 2025

Em 2025, a Organização das Nações Unidas declarou o Ano Internacional das Cooperativas, com o tema **“Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”**. A iniciativa convida o mundo a reconhecer o impacto positivo e duradouro das cooperativas, que vão além de um modelo de negócio: são instrumentos de transformação social, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos com soluções colaborativas, sustentáveis e justas.

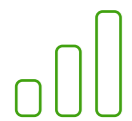
No Sicredi, essa celebração é vivida com orgulho e propósito. Por meio de ações que fortalecem a educação cooperativista e financeira, o desenvolvimento local e o engajamento comunitário, reafirmamos nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais próspera.



Damião Monteiro Neto (Presidente do Conselho de Administração da Sicredi) e Marísio Eugênio de Almeida Filho (Vice-Presidente) recebem homenagem na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Destaques 2025

Nossos números



R\$ **455 bilhões**
em Ativos Totais



R\$ **261 bilhões**
em Depósitos Totais



R\$ **270 bilhões**
em Carteira de Crédito
expandida*



R\$ **49,8 bilhões**
em Patrimônio Líquido

Fonte: Relatório de Administração do Sicredi 2025 / Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2025).

* Carteira de operações de crédito e outros ativos



9,8 milhões
de associados



Presença em
todo o Brasil



Mais de
3 mil agências



100
cooperativas



Atuamos em mais de
2,2 mil
cidades



Em mais de
200 municípios,
somos a única instituição
financeira presente.



Mais de
50 mil pessoas colaboradoras



Somos a
melhor empresa
para trabalhar
no **Brasil.**



Great Place To Work – GPTW e GPTW LATAM

Pelo segundo ano consecutivo, o Sicredi foi reconhecido como a Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil, conforme o ranking GPTW 2025 (Great Place To Work). Esta é a terceira vez que a instituição confirma seu posicionamento neste grupo seletivo. Além disso, na versão latino-americana da premiação – o ranking GPTW LATAM –, o Sicredi também foi destaque, posicionando-se entre as 25 Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina, também em 2025.

Prêmios e reconhecimentos

No ano de 2025, o cooperativismo do Sicredi prosseguiu fazendo história e conquistando premiações importantes, a maioria delas de maneira consistente e consecutiva. Conheça algumas dessas vitórias:

Prêmio RECLAME AQUI

Reconhecido pela excelência no relacionamento com seus associados, o Sicredi garantiu novamente o 1º lugar no Prêmio Reclame AQUI 2025, uma das mais importantes premiações de atendimento ao consumidor no país. Este reconhecimento se deu pelo terceiro ano consecutivo, desta vez na categoria “Cooperativa de Crédito - Grandes Operações”.

World's Best Banks

Conquistamos a 5ª posição do ranking brasileiro do World's Best Banks 2025, realizado pela Forbes, em parceria com a empresa de estatísticas Statista. Com isso, nos mantemos entre as cinco melhores instituições financeiras do país, segundo avaliação dos associados.

Reconhecimento BNDES

Nosso desempenho no desembolso de recursos foi destaque no evento “Reconhecimento BNDES 2025 – Agentes Financeiros Destaque 2024”. O Sicredi foi reconhecido em oito das 12 categorias relacionadas, sendo líder em seis delas. Ainda conquistamos o segundo lugar na categoria “Mais Verde” e terceiro em “Canal MPME”.

Valor 1000

Ficamos em sétimo lugar na categoria “100 Maiores Bancos do País”, do ranking Finanças do “Valor 1000”, anuário organizado pelo Jornal Valor Econômico e principal do país em economia e negócios (25ª edição). O Sicredi também marcou presença em outras sete categorias do guia, entre as quais se destacam: operações de crédito, depósitos totais e patrimônio líquido.

Global SME Finance Awards

Conquistamos o 1º lugar na categoria “Melhor Financiador para Mulheres Empreendedoras das Américas”, no Global SME Finance Awards 2025. Esta é uma premiação internacional, promovida pelo SME Finance Forum, uma rede com mais de 300 instituições financeiras criada pelo G20 e gerida pela International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial e a maior instituição global de desenvolvimento voltada para o setor privado nos mercados emergentes.

Selo de Prevenção a Fraudes

O Sicredi recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Selo de Prevenção a Fraudes 2025, concedido pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin) e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Um reconhecimento que atesta o rigor e a excelência da instituição financeira cooperativa no combate a fraudes e golpes.

Sustainable Company Awards

Fomos reconhecidos internacionalmente pela revista britânica Environmental Finance, na categoria “Iniciativa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) do Ano”, no Sustainable Company Awards 2025. Esta premiação atesta novamente o compromisso do Sicredi com a agenda ESG e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ranking 100 Open Startups

Estamos entre as instituições que melhor se relacionam com startups no Ranking 100 Open Startups 2025. O Sicredi conquistou o 1º lugar na categoria Serviços Financeiros e foi reconhecido como o campeão da década em Serviços Financeiros, menção feita a empresas e startups que marcaram a história da inovação aberta no país.

Prêmios e reconhecimentos

Guia FGV de Fundos de Investimentos

A Sicredi Asset, gestora de recursos do Sicredi, alcançou um resultado marcante no Guia FGV de Fundos de Investimentos 2025, garantindo três importantes reconhecimentos no grupo de Gestores Especialistas: Melhor Asset de Money Market, Melhor Asset de Atacado e 2ª Melhor Asset do Ano. O resultado reforça a excelência e a consistência da gestora de recursos no mercado financeiro brasileiro.

Sustainable Debt Award

Conquistamos mais um reconhecimento internacional por nossas ações de apoio ao empreendedorismo feminino e ao setor agrícola. A premiação foi concedida pela revista britânica Environmental Finance, no Sustainable Debt Award 2025, na categoria Social Loan of the Year (Empréstimo Social do Ano).



CAPÍTULO 2



NOSSA COOPERATIVA

Perfil

24

Atuação Regional

27

Nossos Resultados

28

Perfil



Há 32 anos, a **Sicredi Rio Grande do Norte** vem atuando de forma consistente e transformadora, a fim de levar os valores cooperativistas e suas soluções financeiras a todos os potiguares. Integramos uma rede de 100 cooperativas que formam o **Sistema Sicredi**, o que nos coloca em uma posição de grande responsabilidade e valor estratégico, ao mesmo tempo em que desfrutamos das garantias e incentivos de quem é pioneiro do cooperativismo de crédito na América Latina.

Nossa história local começa em 1993, fruto da coragem empreendedora de **29 fundadores**, todos médicos. Juntos, eles edificaram uma cooperativa que mudaria radicalmente o panorama do cooperativismo de crédito no estado. Em 2016, após muitos desafios vencidos, decidimos ingressar no Sistema Sicredi, o que representou, com toda certeza, um marco fundamental em nossa trajetória, gerando benefícios inéditos para associados e comunidades atendidas.

A conexão institucional com o Sicredi possibilitou à nossa cooperativa dar a partida em um **plano de expansão** grandioso pela terra potiguar, a fim de levar o ideal e a prática cooperativista a todas as populações. Em poucos anos, implantamos unidades em todas as regiões do estado, atingindo resultados inquestionáveis de crescimento através do modelo econômico de livre adesão.

Em 2018, já seríamos a primeira cooperativa de referência estadual, culminando logo depois na condição de **maior instituição financeira cooperativa do Rio Grande do Norte**, posição que mantivemos desde então. Hoje, possuímos uma rede de agências bem estruturadas e instaladas estrategicamente **em onze dos principais municípios potiguares**: Natal, Mossoró, Parnamirim, Caicó, Currais Novos, São Gonçalo do Amarante, Goianinha (ampliada e reinaugurada em 2025), Assú, Pau dos Ferros, Apodi e Santa Cruz.

Uma breve análise do ano que passou evidencia a solidez e credibilidade da nossa cooperativa, que encerrou 2025 com **R\$ 2,2 bilhões em ativos** (crescimento de 27% em relação a 2024) e uma alta de 32% em nossa base de associados (**somos mais de 31 mil membros**). Este desempenho expressivo significa o avanço do cooperativismo de crédito no Rio Grande do Norte, em cuja economia injetamos **quase 1 bilhão de reais**, totalizando um crescimento de 35% em nossa carteira de crédito.

Do ponto de vista social, os resultados são igualmente animadores, já que a prática saudável do cooperativismo de crédito sempre irá redundar em ganhos de **qualidade de vida** para as comunidades e forte incentivo ao **desenvolvimento local e sustentável** das regiões. Assim, por meio dos programas da Fundação Sicredi (Crescer, Pertencer, Dia C, Voluntariado, Cooperação na Ponta do Lápis, etc.), conseguimos influir positivamente na vida das populações, seja disseminando a educação financeira, estimulando o protagonismo das pessoas ou promovendo a prosperidade coletiva.

A partir dos avanços alcançados no último período anual, projetamos, em 2026, a manutenção deste mesmo ritmo de trabalho, em busca de ampliarmos o número de associados, com maior participação na economia local e o **fortalecimento contínuo do modelo cooperativista no estado**.

É imprescindível destacar que, em todo esse percurso vencedor, contamos com um time de colaboradores de preciosas qualidades. Profissionais engajados, fortemente motivados e comprometidos com o nosso propósito institucional (prova disso é a consecutiva conquista do prêmio GPTW, o qual retrata o caráter da nossa equipe e o clima de nosso ambiente interno).

No **Ano Internacional das Cooperativas**, a Sicredi Rio Grande do Norte orgulha-se de ter feito a sua parte em busca de um mundo melhor, mais solidário e próspero para todos. Como integrante do Sistema Sicredi, continuaremos a contribuir plenamente com o ciclo virtuoso do cooperativismo, acreditando no trabalho humanizado, inclusivo e transparente, tendo sempre as pessoas e comunidades como foco central de nossos interesses.

Atuação Regional



Top Natal 2025 Marca Mais Lembrada

A Sicredi Rio Grande do Norte foi a marca mais lembrada pelos natalenses no segmento "instituição financeira cooperativa", segundo a pesquisa Top Natal 2025 (Consult/Tribuna do Norte). Mais um resultado que reflete a confiança dos nossos associados e o trabalho conjunto de todos que acreditam no cooperativismo como caminho para o desenvolvimento local.



11 Agências

Em 11 cidades do Rio Grande do Norte



A Sicredi Rio Grande do Norte

31.175 associados

260 colaboradores

Mais de R\$ **1,7 bilhão**
em Depósitos Totais

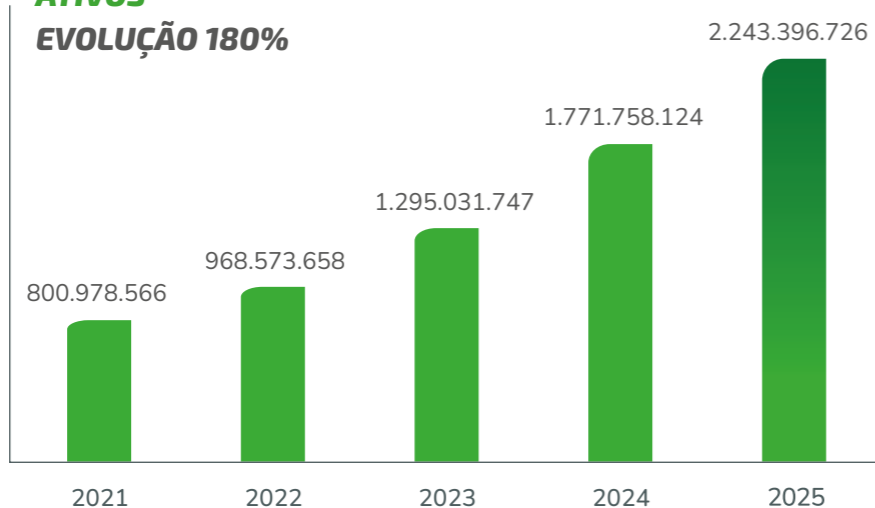
R\$ **242,2 milhões**
de Patrimônio Líquido

R\$ **2,2 bilhões**
de Ativos

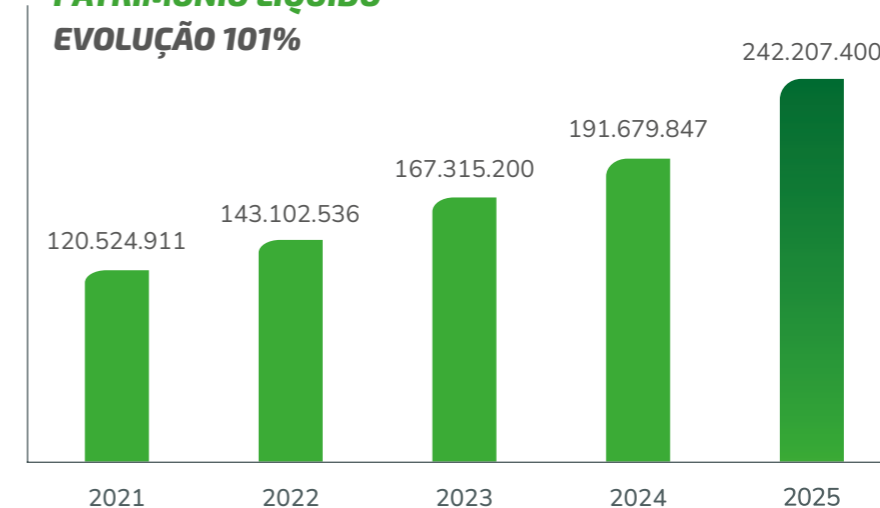
R\$ **87,8 milhões**
em Resultado Bruto

Nossos Resultados

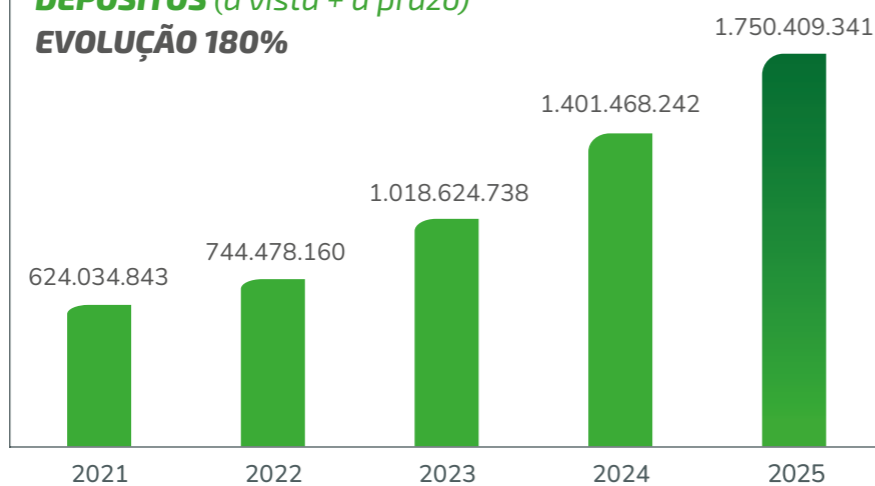
ATIVOS
EVOLUÇÃO 180%



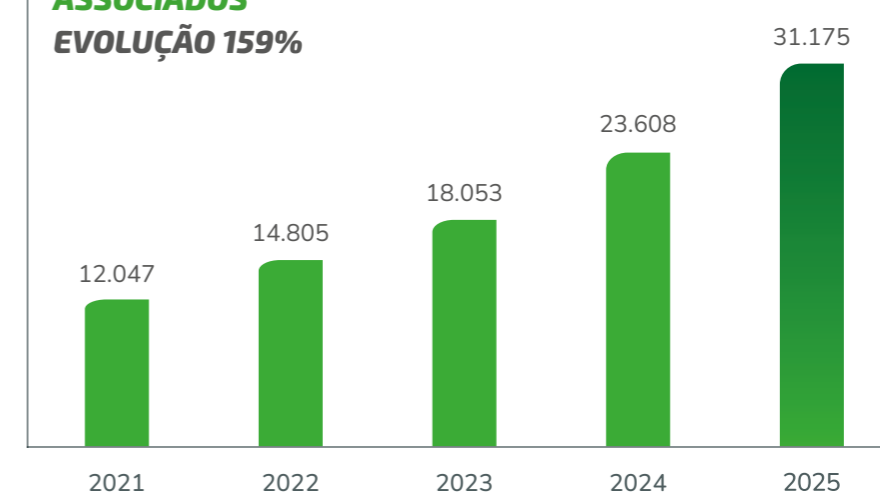
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EVOLUÇÃO 101%



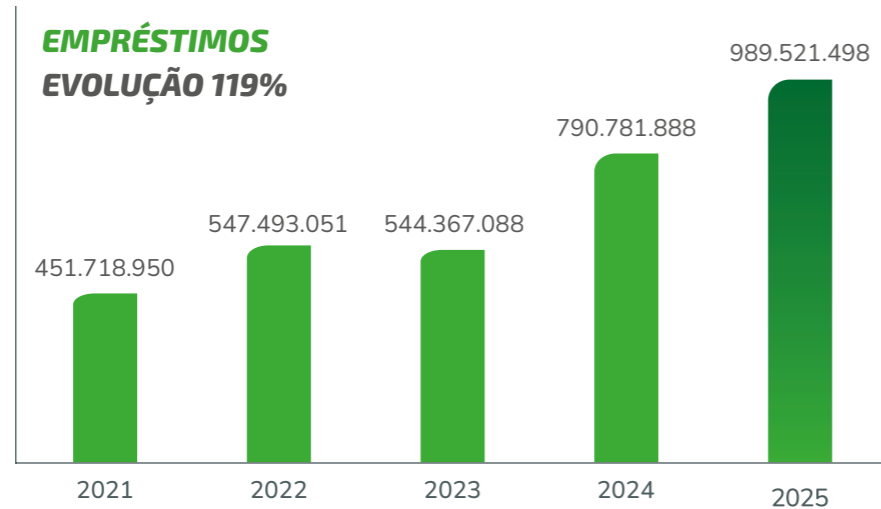
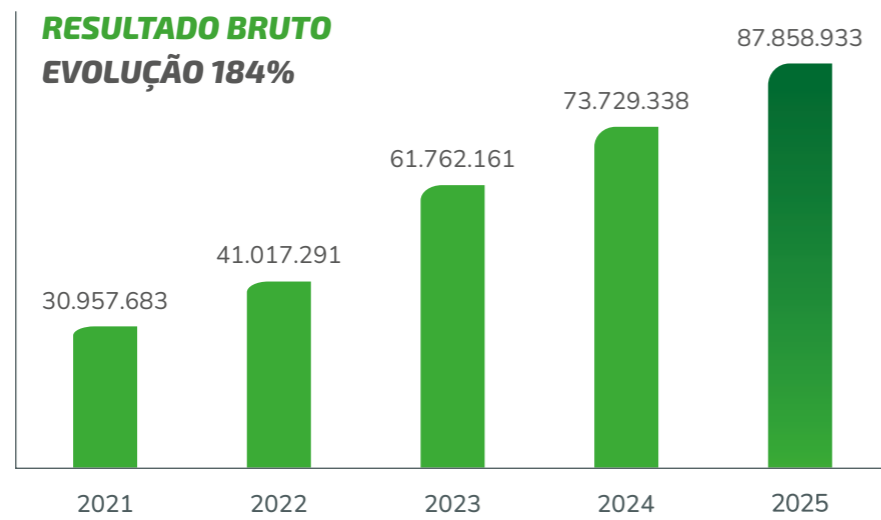
DEPÓSITOS (à vista + a prazo)
EVOLUÇÃO 180%



ASSOCIADOS
EVOLUÇÃO 159%



Nossos Resultados



CAPÍTULO 3



GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

*Nossa Gestão
da Sustentabilidade*

34

Nossa Gestão da Sustentabilidade

Como um Sistema cooperativo, dedicamos especial atenção aos resultados gerados por nossas operações, especialmente aos impactos positivos promovidos para nossos associados, para o meio ambiente e para a comunidade.

Para tanto, além de nossos norteadores estratégicos — Missão, Visão e Valores, que orientam a condução do negócio — dispomos de uma sólida Gestão da Sustentabilidade que orienta a nossa atuação, integrando as melhores práticas de gestão do mercado. Pautada nos pilares Ambiental, Social e Econômico, demonstra o nosso foco na sustentabilidade e na longevidade do nosso negócio.

Como parte da nossa Gestão da Sustentabilidade, estabelecemos direcionadores e temas focais, que norteiam nosso planejamento e ação para onde podemos, de fato, gerar impacto positivo.

Nossos três direcionadores de Governança – Relacionamento e Cooperativismo, Soluções Responsáveis e Desenvolvimento Local – são divididos em 12 temas focais, que são as temáticas mais relevantes para a nossa sustentabilidade, onde devemos focar nossos esforços a fim de promover o crescimento sustentável do negócio.



Com base nos temas focais, construímos os documentos e políticas sistêmicas que orientam nossa estratégia, tomada de decisão, operação e conduta.

A nossa Política de Sustentabilidade estabelece a governança para a sustentabilidade e os princípios e diretrizes aplicáveis a todos os níveis e entidades do Sistema, norteando a tomada de decisão na condução de negócios, atividades, processos e na relação com nossas partes interessadas.

CAPÍTULO 4



RELACIONAMENTO E COOPERATIVISMO

Difundir o cooperativismo e a sustentabilidade

38

Fortalecer nosso modelo de governança

40

Decidimos juntos, compartilhando responsabilidades e resultados

42

Difundir o Cooperativismo e a Sustentabilidade

No Sicredi, promovemos a cultura cooperativista entre associados, lideranças e comunidade, reforçando os pilares democráticos, colaborativos e transparentes do nosso modelo de gestão. Essa atuação fortalece os vínculos de confiança e reciprocidade, essenciais para o desenvolvimento sustentável da nossa cooperativa.

O Programa Crescer é uma iniciativa estratégica que tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre o modelo de negócios cooperativo, seus benefícios, diferenciais e o impacto positivo na vida dos associados e na comunidade. Por meio da educação e da formação, buscamos construir uma compreensão mais profunda sobre o cooperativismo e estimular a participação ativa dos associados.

Associados bem-informados sobre o modelo cooperativo tendem a utilizar mais os produtos e serviços, além de se engajarem nos processos de decisão. Isso contribui diretamente para a sustentabilidade do negócio, o fortalecimento da principalidade e o envolvimento com os valores do cooperativismo.

Além de capacitar associados e comunidades, o Programa Crescer também desempenha um papel fundamental na formação de lideranças. Por meio de trilhas de desenvolvimento, preparamos Coordenadores de Núcleo, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais para o melhor exercício de sua função.

Em 2025, o programa passou por uma importante evolução, com a entrega de uma nova estratégia que trouxe mais clareza aos objetivos e incorporou diferentes instrumentos de aprendizagem, com formatos e tempos adaptados à disponibilidade dos associados. Essa mudança reforça o compromisso do Sicredi com a educação cooperativista, tornando o Programa Crescer ainda mais acessível, relevante e transformador.

*Desde seu lançamento, mais de **1.168.495 pessoas** já passaram pela formação em cooperativismo por meio do **Programa Crescer**. Em 2025, formamos **258.933 pessoas**, o que representa 12,49% da nossa base total de associados.*



Fortalecer Nosso Modelo de Governança



No Sicredi, acreditamos que a participação ativa dos associados é essencial para fortalecer nosso modelo de governança. Através do Programa Pertencer, promovemos o protagonismo dos associados, reforçando o sentimento de pertencimento e o exercício do papel de dono dentro da cooperativa.

Por meio deste programa, garantimos que os associados tenham voz e voto nos momentos de decisão, contribuindo diretamente para uma gestão mais democrática, transparente e alinhada aos princípios do cooperativismo.

Com o propósito de ampliar ainda mais as oportunidades de participação, cada cooperativa tem autonomia para definir a modalidade de realização das assembleias — presencial, digital ou semipresencial —

conforme o perfil e as necessidades de seus associados. Ao respeitar as particularidades de cada comunidade, promovemos maior inclusão e engajamento, fortalecendo a participação ativa dos associados nos momentos de decisão.

O Programa Pertencer também oferece espaços para que os associados compartilhem ideias e sugestões, acompanhem os resultados da cooperativa e percebam os impactos positivos gerados na comunidade. Ao valorizar essas contribuições, reforçamos nosso compromisso com a escuta ativa e com uma gestão verdadeiramente participativa.

Os resultados têm sido expressivos: o programa tem ampliado a presença dos associados nas assembleias e despertado uma maior consciência sobre o papel de cada um(a) na construção de uma cooperativa sólida, sustentável e conectada com as necessidades da sua gente.



Em 2025, alcançamos a marca de + 1,4 milhão de associados presentes nas assembleias

Decidimos juntos, compartilhando responsabilidades e resultados

Conselho de Administração

Nossos associados elegem, a cada quatro anos, os membros do **Conselho de Administração**, que orientam e supervisionam a gestão para que suas ações atendam aos interesses dos associados e demais partes interessadas. Portanto, este Conselho é responsável por fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa.

A **Cooperativa**, por ser afiliada a uma Central, participa da escolha dos membros do Conselho de Administração e Diretoria dessa. Além disso, a Cooperativa e a Central integram a SicrediPar, que é uma holding responsável pela definição das estratégias do Sistema Sicredi. Por meio dessa gestão participativa, os associados influenciam as decisões de todo o sistema.

Presidente

Damião Monteiro Neto

Vice-Presidente

Marísio Eugênio de Almeida Filho

Conselheiros

José Rosendo Cavalcanti Neto
 Maciel de Oliveira Matias
 Ítalo Jorge Medeiros de Oliveira
 Henrique Augusto Lima dos Santos
 Eugênio Carlos Araújo
 Jorge Luiz Simonetti de Carvalho
 Ricardo Luiz Araújo de Sá
 Silvio José de Lucena Dantas
 Gaugefran José Guedes de Souza

Conselho Fiscal

Durante a Assembleia Geral, também são eleitos os membros do Conselho Fiscal, órgão que monitora o cumprimento dos deveres legais e estatutários da administração.

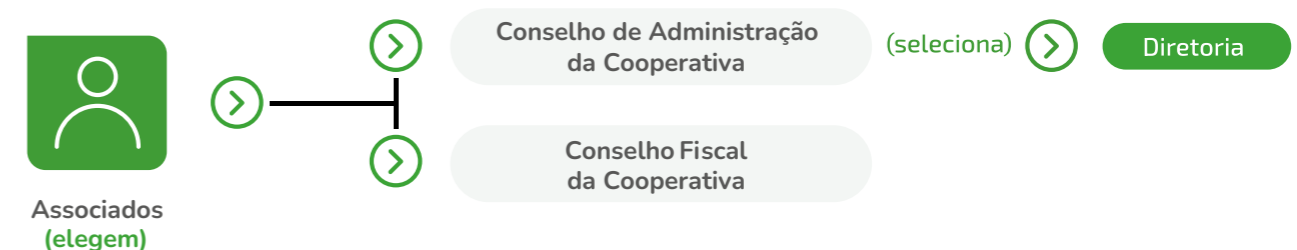
Conselheiros

Manoel Marques de Melo
 Luís Eduardo Barbalho de Mello
 Luís Henrique Lopes Lira
 Francisco das Chagas Pinheiro

Diretoria

A Diretoria da Sicredi Rio Grande do Norte é indicada pelo Conselho de Administração e é responsável pela gestão executiva do negócio.

GESTÃO PARTICIPATIVA DA COOPERATIVA



Ao centro: Damião Monteiro Neto (Presidente do Conselho de Administração). Da esquerda para a direita: Adriano Carlos Borges Alves, (Diretor de Operações), Luiz Francisco de Barros Moura (Diretor de Negócios), Edvaldo Barbosa de Vasconcelos (Diretor Executivo) e Marísio Eugênio de Almeida Filho (Vice-Presidente do Conselho de Administração).

CAPÍTULO 5



SOLUÇÕES RESPONSÁVEIS

Promover a educação financeira

46

Promover a Educação Financeira

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A 12ª edição da Semana ENEF foi realizada entre os dias 12 e 18 de maio de 2025 e seu tema central foi a Educação Financeira para Crianças e Jovens: Preparando a Sociedade para Escolhas Conscientes. Ao longo desta edição, atuamos em diversas iniciativas, totalizando 4.956 ações de educação financeira e alcançando mais de 34 milhões de pessoas. Durante a Semana ENEF fortalecemos a campanha “Não é só dinheiro, é entender como cuidar” e lançamos um curso gamificado para adolescentes: Missão Financeira – Descomplique o Dinheiro. Além disso, disponibilizamos outras ações digitais para associados e comunidade, como o VídeoCast “Escolhas Conscientes para um Futuro Sustentável”, composto por três episódios com duração aproximada de 15 minutos. E lançamos cinco novos episódios da série “Explica aí, Sicredi”, para apoiar pais, responsáveis e educadores na tarefa de ensinar educação financeira para crianças e adolescentes, propiciando conhecimentos práticos e

contextualizados para fortalecer hábitos saudáveis desde cedo, com exemplos do cotidiano familiar e abordagem leve e prática para qualquer adulto que deseje contribuir com a formação financeira de crianças e adolescentes.



Para o Sicredi, educação financeira é mais do que números — é sobre transformar vidas, promover autonomia e construir comunidades mais fortes, com escolhas conscientes e sustentáveis.

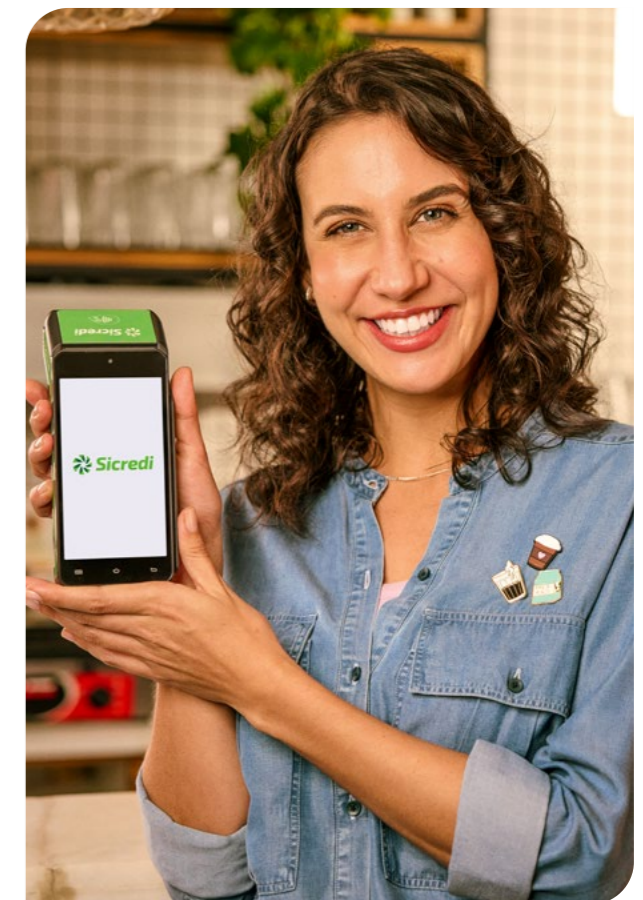
CONSULTORIA FINANCEIRA ESPECIALIZADA

A Sicredi Rio Grande do Norte oferece aos seus associados um time altamente qualificado de **consultores financeiros**, prontos para ajudar nas decisões mais importantes.

Assuntos como investimentos, mercado financeiro, melhores opções de financiamento e crédito, atualizações e novidades sobre os produtos da Cooperativa, tudo isso e muito mais pode ser analisado com profundidade, contando com a opinião segura de alguém que entende do assunto e transmite confiança.

A consultoria da Sicredi está sempre pronta para ajudar e oferece apoio presencial no horário e no local mais convenientes para o associado.

Seja para facilitar a tomada de decisões em projetos pessoais, profissionais ou empresariais, a consultoria da Sicredi Rio Grande do Norte é um dos diferenciais de mercado da Cooperativa potiguar e sua atuação é sinônimo de fidelização e satisfação entre os associados.



Promover a Educação Financeira

I-SFB NO SICREDI

O I-SFB (Índice de Saúde Financeira do Brasileiro) é uma metodologia desenvolvida pela Febraban com o objetivo de avaliar a saúde financeira dos brasileiros. Em 2024, o Sicredi tornou-se a primeira instituição financeira a personalizar e internalizar o Portal do I-SFB/FEBRABAN para a realização de autodiagnóstico de saúde financeira para mapear a saúde financeira de seus associados. O teste gera pontuação, parecer e recomendações personalizadas, além de direcionar o usuário a conteúdos educativos (saiba mais na página <https://fundacao.sicredi.com.br/educacaofinanceira/isfb>).

A divulgação do Portal é realizada por meio de diversos canais, como o aplicativo transacional Sicredi X, WhatsApp, e-mail, palestras, oficinas, eventos e comunicações nas agências. A iniciativa permite ao Sicredi coletar dados relevantes para aprimorar a jornada de educação financeira dos associados.

Em 2025 contamos com 54.080 respondentes ao I-SFB.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO DIGITAL

O Sicredi oferece cursos online de educação financeira por meio da plataforma Sicredi na Comunidade. Atualmente, são 11 cursos disponíveis gratuitamente e de livre acesso, desenvolvidos para atender diferentes públicos e necessidades, com formatos variados e linguagem acessível.

Entre os destaques, temos uma experiência gamificada voltada para adolescentes, que estimula o aprendizado de forma lúdica e interativa. A plataforma também conta com vídeocasts que trazem entrevistas com especialistas da área, abordando temas financeiros com leveza e conexão com o cotidiano das pessoas.



2.4 milhões
de visualizações

Pensando na segurança dos associados, há um curso específico sobre proteção financeira contra golpes e fraudes, além de cursos voltados para empreendedores PJ MEI, que tratam de dilemas reais enfrentados no dia a dia dos negócios. Outros temas abordados incluem o uso consciente e responsável do crédito, investimentos e comportamentos financeiros mais sustentáveis, promovendo uma jornada de aprendizado que fortalece a autonomia e a saúde financeira dos participantes.

Com essa iniciativa, o Sicredi reforça seu compromisso com o desenvolvimento das comunidades, oferecendo educação financeira de qualidade, acessível e alinhada aos desafios contemporâneos.



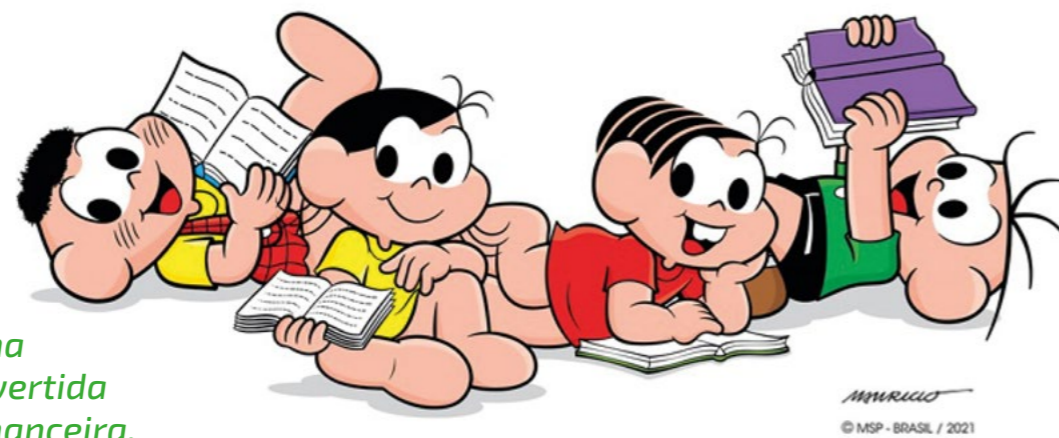
Em 2025, 13.965 cursos foram concluídos na plataforma Sicredi

Além dos cursos on-line, o Sicredi também promove a educação financeira por meio de três temporadas do "Explica Aí, Sicredi" no Youtube, uma série de vídeos curtos divulgados aos associados e à comunidade. Contamos com 10 episódios sobre Crédito Consciente, 5 episódios sobre educação financeira no ambiente familiar e 5 episódios sobre educação financeira para empreendedores PJ MEI.



Saiba mais em:
<https://www.sicredi.com.br/site/educacaofinanceira/>

Turma da Mônica



Para incentivar uma conversa leve e divertida sobre educação financeira, criamos, em parceria com a MSP Estúdios, duas séries temáticas com a Turma da Mônica: uma com a turminha clássica, voltada para crianças, e outra com a Turma da Mônica Jovem, pensada para adolescentes. Confira a seguir os temas abordados em cada coleção.

Gibis Turma da Mônica Clássica:

A coleção de seis gibis e seis vídeos ajuda as crianças a aprenderem, de forma leve e divertida, sobre Educação Financeira, incluindo temas como dinheiro, orçamento familiar e escolhas financeiras.



Gibis Turma da Mônica Jovem:

Para aproximar os adolescentes da Educação Financeira, a coleção traz seis gibis com histórias que abordam, de forma leve e atual, temas como planejamento e organização financeira, consumo consciente, futuro financeiro e proteção.

Acessar os conteúdos da Turma da Mônica em parceria com a Fundação Sicredi



CAPÍTULO 6



DESENVOLVIMENTO LOCAL

Fomentar a economia local

54

Nossos Produtos e Serviços

55

Promover a inclusão financeira

56

Promover o desenvolvimento de pessoas

57

Contribuir para o desenvolvimento das comunidades

59

Nossas ações

60

Fomentar a Economia Local



Nossa cooperativa fomenta a economia local por meio da expansão do acesso a serviços financeiros para a população local, do apoio ao desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendedores, além da distribuição de resultados entre os associados.

Também priorizamos a contratação de fornecedores locais e fomentamos os negócios entre os associados. O **ciclo virtuoso do cooperativismo** permite que os recursos financeiros captados em uma localidade sejam investidos em forma de crédito a outros associados

do mesmo local, estimulando e fortalecendo o comércio, a produção regional e a inclusão de pessoas no sistema financeiro.

Além disso, nesse ciclo, impactamos o número de empregos gerados, o aumento da renda dos associados e a continuidade de projetos de caráter social e ambiental.


Nossos Produtos e Serviços

Como o associado está no centro de nosso modelo de negócios, nossas soluções são desenvolvidas visando atender às suas necessidades.

Fomentando a economia local e a inclusão financeira, buscamos compreender as necessidades dos associados, oferecendo soluções financeiras que geram renda e contribuem para a melhoria da qualidade de vida. Afinal, no cooperativismo, eles são os donos do negócio, e o relacionamento próximo faz parte da nossa essência.

A seguir, apresentamos o mix de produtos e serviços oferecido pela **Sicredi Rio Grande do Norte**, com versões específicas para pessoas e empresas, bem como nossos variados canais de atendimento:

Para você – Para sua empresa

-  **Adquirência**
-  **Câmbio**
-  **Cartões**
-  **Cobrança / API Cobrança**
-  **Consórcios**
-  **Conta corrente**
-  **Crédito**
-  **Débito automático**
-  **Domicílio bancário**
-  **Financiamentos**
-  **Folha de pagamentos**
-  **Investimentos**
-  **Organizador PJ**
-  **Previdência**
-  **Seguros**
-  **Shopping Sicredi**
-  **Soluções de pagamentos e recebimentos**
-  **Soluções PIX / PIX Saque Troco**

Canais

-  **Aplicativo**
-  **Banco 24Horas**
-  **Internet Banking**
-  **Serviços por telefone**
-  **WhatsApp Enterprise**

Promover a Inclusão Financeira



Acreditamos que o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros é fundamental para o desenvolvimento econômico e social das pessoas e das comunidades. Por isso, atuamos em cidades onde outras instituições financeiras não costumam estar presentes fisicamente, levando nossos produtos e serviços financeiros e não financeiros, para apoiar a promoção da inclusão financeira.



Promover o Desenvolvimento de Pessoas



Ao promover o desenvolvimento e aprendizado contínuo das **pessoas colaboradoras**, estamos não apenas ampliando suas competências, habilidades e conhecimentos, mas também elevando a qualidade e a eficácia do nosso atendimento junto aos associados.

Nossas pessoas colaboradoras atuam como **agentes de transformação**, desempenhando um papel crucial, sendo responsáveis pelo estreito relacionamento com os associados, ao mesmo tempo em que são integrantes ativos das suas comunidades.

Novamente somos um excelente lugar para trabalhar

Pelo segundo ano consecutivo, o Sicredi foi reconhecido como a **Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil** pelo ranking **Great Place To Work (GPTW) 2025**. Desta vez, 90% de nossas pessoas colaboradoras aderiram à pesquisa e compartilharam suas percepções. Este índice de participação superou o registrado em 2024.

Também foi avaliado o indicador e-NPS (Employee Net Promoter Score), que mensura o quanto os colaboradores recomendariam a empresa para amigos como um bom lugar para trabalhar. Neste caso, o Sicredi atingiu **84% de recomendações positivas**.

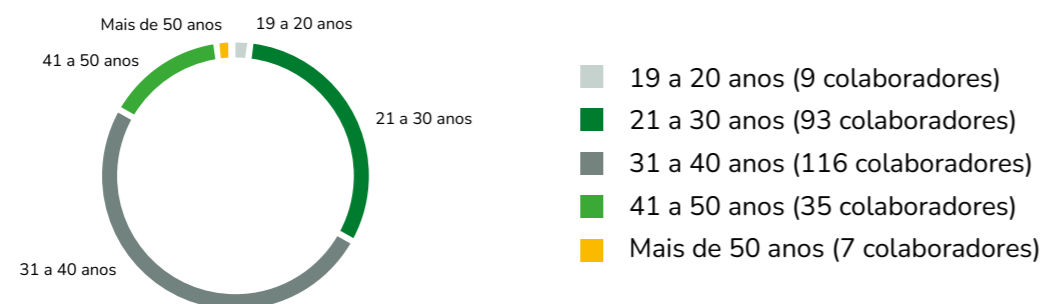
No Rio Grande do Norte, a Sicredi acompanha esse mesmo clima interno de motivação, através de uma equipe coesa e com **alto nível de engajamento**. Esse ambiente positivo gera um convívio saudável com os associados, favorecendo os negócios e impulsionando a contratação dos serviços da cooperativa.

Contribuir para o Desenvolvimento das Comunidades

Perfil dos colaboradores da Sicredi Rio Grande do Norte - 260 pessoas colaboradoras Nível funcional

	Homens	Mulheres	Total
Líderes ¹	46	40	86
Assistentes ²	51	123	174
Total	97	163	260

¹ Liderança, gerente. ² Assessor, aprendiz, estagiário(a), caixa, tesoureiro, técnico, analista, auxiliar administrativo e motorista.



Certificações ANBIMA

	Homens	Mulheres	Total
CPA 10	38	49	87
CPA 20	57	75	132
CEA	8	2	10
Total	103	126	229

Escolaridade

	Homens	Mulheres	Total
Mestrado	-	1	1
Pós-graduação	19	42	61
Pós-graduação (em andamento)	2	3	5
Superior	40	61	101
Superior (em andamento)	31	52	83
Ensino Médio	5	4	9
Total	97	163	260

CURSOS

Com os cursos disponíveis no hub social Sicredi na Comunidade, buscamos empoderar as pessoas por meio do conhecimento, promovendo prosperidade e impacto positivo nas comunidades. A plataforma oferece uma ampla gama de cursos online e gratuitos destinados tanto a associados quanto a não associados, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional de todos.

Os cursos são projetados para estimular o protagonismo, permitindo que cada pessoa aprenda de forma autônoma, no momento e lugar que forem mais convenientes.

OS CONTEÚDOS ESTÃO ORGANIZADOS EM CINCO EIXOS TEMÁTICOS PRINCIPAIS:

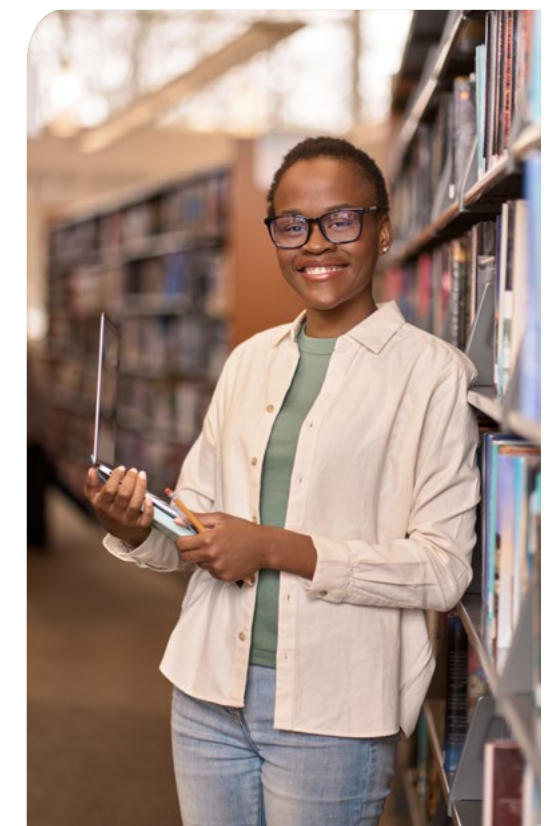
Educação para transformação social: iniciativas voltadas ao fortalecimento da educação nas comunidades em que o Sicredi está presente;

Educação financeira para uma vida sustentável: capacitações que ajudam a construir hábitos financeiros saudáveis e conscientes;

Cooperativismo na prática: um mergulho na essência do cooperativismo, proporcionando um entendimento mais profundo desse movimento;

Para você e seu negócio: cursos voltados ao desenvolvimento pessoal e profissional, com foco em capacitação e empreendedorismo;

Para um mundo melhor: temáticas relacionadas à sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e iniciativas de impacto positivo.



Nossas ações

movimento de voluntariado



O Movimento de Voluntariado do Scredi tem como objetivo contribuir para a construção de um país mais solidário, estimulando e promovendo ações voluntárias que ampliem nosso impacto positivo e impulsionem o desenvolvimento local nas comunidades onde estamos presentes. Em cooperação com a sociedade, convidamos todos a inspirar, mobilizar e contribuir ativamente para a mudança que desejamos ver no mundo.

Confira o Manifesto do nosso Movimento de Voluntariado



Dia C (Dia de Cooperar)

O Dia C (Dia de Cooperar) é uma iniciativa nacional promovida pelo Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) que, além de celebrar o **Dia Internacional do Cooperativismo**, destaca a sua força por meio de ações voluntárias, promovendo transformações sociais e demonstrando o poder da união em prol do bem comum.

No Rio Grande do Norte, o Dia C integrou-se ao **Movimento de Voluntariado da Scredi**, que igualmente inspira e contribui ativamente para a mudança que desejamos ver no mundo.

Assim, com o lema “Juntos construímos um mundo melhor” e o engajamento de associados e colaboradores, nossa cooperativa arrecadou cerca de **9 toneladas** de alimentos, fraldas geriátricas



e produtos de higiene pessoal. Doações que entregamos presencialmente a mais de **quinze instituições sociais** do nosso estado, nos dias 29 e 30 de agosto de 2025.



Esses donativos beneficiaram abrigos de idosos, lares de crianças em situação de vulnerabilidade, associações de acolhimento a pessoas com deficiência e comunidades periféricas **nos municípios onde atuamos diretamente**, ou seja: Natal, Mossoró, Parnamirim, Caicó, Currais Novos, São Gonçalo do Amarante, Goianinha, Assú, Pau dos Ferros, Apodi e Santa Cruz.

Em menos de um mês, a campanha mobilizou **mais de 100 colaboradores voluntários**, constituindo-se como um verdadeiro ciclo de cooperação e solidariedade, que promoveu a dignidade de centenas de pessoas e o fortalecimento dos valores cooperativistas que nos unem.





Natal + Solidário leva alegria e solidariedade às crianças que mais precisam

Em dezembro, a Sicredi Rio Grande do Norte, através de suas ações de voluntariado, reafirmou o compromisso com a **responsabilidade social**, levando esperança, carinho e alegria para várias crianças em situação de vulnerabilidade ou em tratamento oncológico.

Há vários anos, o programa **Natal Mais Solidário** incentiva a doação de presentes junto aos associados, através do atendimento às cartinhas das crianças. Os pedidos são colocados nas árvores solidárias, instaladas nas agências da cooperativa. A entrega é feita de maneira presencial pelos colaboradores da Sicredi Rio Grande do Norte, em festinhas de Natal previamente organizadas e repletas de emoção e solidariedade.



McDia Feliz

No McDia Feliz, engajamos nossos colaboradores em uma das maiores campanhas solidárias do país, apoiando instituições que atuam na **saúde e educação de crianças e adolescentes**. Para muitos, foi a primeira experiência em saborear um lanche do McDonald's, gesto simples que proporcionou momentos de alegria, inclusão e afeto. Mais do que doações, essas iniciativas fortaleceram laços de cuidado e presença, aproximando ainda mais a nossa cooperativa das comunidades onde está presente.



Em 2025, o Natal Mais Solidário presenteou e aqueceu corações em três cidades do estado, visitando as seguintes instituições: Hospital Infantil Varela Santiago (em Natal), Liga Mossoroense de Estudos e Combate ao Câncer (Mossoró) e Lar do Pequeno Vítinho (em Santa Cruz). Ao todo, foram beneficiadas cerca de 205 crianças.

Mais que uma entrega de presentes, o Natal Mais Solidário exemplifica o que o cooperativismo de crédito tem de melhor: o interesse genuíno no bem-estar e felicidade das pessoas, através de gestos de amor, amplificados por uma corrente do bem que **transforma a vida de quem mais precisa**.



Veja como foi o Natal Mais Solidário





Meia Maratona do Sol SICREDI 2025: partida para o sucesso!

Em setembro de 2025, a Arena das Dunas, em Natal/RN, recebeu a maior corrida de rua do Norte-Nordeste do Brasil. A Meia Maratona do Sol Sicredi, já conhecida e aclamada pelo público local e visitantes de todo o país, foi mais além em 2025, trazendo novidades incríveis para esportistas e participantes. Atletas de todos os estados do Brasil vieram correr na Meia do Sol e os visitantes representaram **18,26% dos participantes** da prova, com presença massiva de Ceará, Paraíba e Pernambuco.



A maior corrida de rua do Norte e Nordeste do Brasil.

O maior evento esportivo do Rio Grande do Norte.

16 mil atletas inscritos em 2025.

20 mil atletas esperados em 2026.

60 mil pessoas presentes na Arena das Dunas.

O evento contou com uma estrutura de Copa do Mundo, garantindo segurança, conforto e diversas opções de lazer para toda família. Foram oferecidas as provas de 5K, 10K, 21K e Prova Kids ampliada, todas com largada do gramado da Arena, arquibancadas abertas ao público e o projeto Rota Musical, que animou os corredores durante o percurso.





Inovações e alegrias no ritmo saudável do esporte



Uma das principais ampliações do ano foi a realização dos famosos **Treinões da Meia do Sol**, eventos preparativos que ocorreram antes da prova principal, com **mais de 6 mil participantes**, passando por Mossoró, Pau dos Ferros, Caicó e Natal. Os treinões viraram eventos com brilho próprio pois, além do clima de saúde e confraternização, oferecem aulas de dança, treino funcional de aquecimento, pontos de hidratação, sorteios de brindes exclusivos, tudo isso com acesso totalmente gratuito.

Mais de 6 mil participantes nos Treinões Preparativos

Outro destaque da festa foi a Meia do Sol Kids, prova direcionada às crianças que transformou a Arena das Dunas em uma manhã cheia de brincadeiras, competições superdivertidas, medalhas e shows incríveis com os personagens mais amados.

A garotada se divertiu, correu e brincou muito, criando **memórias inesquecíveis**, numa festa que também é um espetáculo à parte dentro das emoções da Meia do Sol Sicredi.

Um grande festival de saúde, lazer e solidariedade

Além de práticas esportivas com inúmeros benefícios à saúde, a Meia do Sol Sicredi organizou a **Expo Meia do Sol**, a maior feira de produtos esportivos do Norte-Nordeste. Foram 4 dias de ativações e experiências incríveis, também com acesso gratuito, antes e durante o período das provas.

A Expo contou com **mais de 30 expositores**, cujas marcas são focadas em corrida de rua e vida saudável, e ainda ofereceu palestras, clube de vantagens, lojas e ambientes personalizados, expandindo a alegria da Meia do Sol para um público numeroso, diversificado e ávido por novidades.

A Meia Maratona do Sol Sicredi 2025 foi um sucesso em todos os sentidos, com incentivo à saúde e importantes ações solidárias: numa ação integrada ao Dia

de Cooperar (Dia C), o evento estimulou a **doação de alimentos não perecíveis** junto aos participantes, que foram entregues a diversas instituições sociais e filantrópicas do estado.

Mais do que uma corrida, a Meia do Sol Sicredi cumpriu, mais uma vez, a missão de ser um encontro de energia, superação e solidariedade, com participação de **corredores de todo o país** e dando um show de organização para atletas, apoiadores, equipes e público.



CAPÍTULO 7



PLANEJAMENTO E GESTÃO

Planejamento Estratégico

70

Planejamento Estratégico

Em 2026, a Sicredi Rio Grande do Norte continuará a focar em um dos norteadores estratégicos mais essenciais do Sistema: o **desenvolvimento local**. Neste sentido, planejamos expandir ainda mais o protagonismo das comunidades potiguares, ampliando nossa rede de atendimento e os impactos positivos do cooperativismo de crédito em todas as regiões que atuamos. Nessa lista, estão confirmados para receberem novas agências os municípios de João Câmara e Nova Cruz.

O relacionamento com o associado é outra frente de avanços constantes, na qual, todos os anos, demonstramos a mentalidade de evoluir cada vez mais. Como próxima meta em 2026, criaremos a nova **Plataforma Digital de Atendimento e Relacionamento com o Associado**, a fim de adequar nossos recursos humanos e tecnológicos ao dinamismo do mercado e suas relações.

Novas soluções também serão implantadas em nossa área tecnológica, buscando ampliar a oferta de produtos e serviços, como também aprimorar nossos

canais de relacionamento. Ao longo do presente ano, nossa base de dados já estará operando a partir de um **novo e mais abrangente CRM**, como também estaremos lançando, em breve, o nosso **novo aplicativo Sicredi**, mais intuitivo, moderno e multifuncional.

Finalmente, no que diz respeito à nossa estrutura operacional e de atendimento, projetamos **novas reformas na sede** da cooperativa, além de ações importantes de **reestruturação das agências**. Entendemos que a atuação sistêmica é o que nos garante solidez, bem como a capacidade de uma atuação segmentada, com maior especialização no atendimento e no relacionamento com os associados.



Balanco Patrimonial

(Em milhares de Reais)

ATIVO	NO	31/12/2025
DISPONIBILIDADES	05	9.657
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.210.173
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.477.337
Aplicações interfinanceiras de liquidez, líquido de provisão p/ perdas esperadas	06	164.277
Relações interfinanceiras ativas, líquida de provisão para perdas esperadas	08	96.888
Operações de crédito, líquida de provisão para perdas esperadas	09	989.522
Outros ativos financeiros, líquido de provisão para perdas esperadas	10	226.650
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		732.836
Títulos e valores mobiliários	07	732.836
OUTROS ATIVOS	11	5.023
IMOBILIZADO DE USO	12	17.251
INTANGÍVEL	12	1.293
TOTAL DO ATIVO		2.243.397

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025
PASSIVO		2.001.190
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.963.196
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.963.196
Depósitos	13	1.750.409
Outros passivos financeiros	14	212.787
PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	15	1.352
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	16	708
OUTROS PASSIVOS	17	35.934
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	242.207
CAPITAL SOCIAL	18	114.055
RESERVAS DE SOBRAS		97.568
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		30.584
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.243.397

Demonstrações Financeiras

Demonstração de Sobras e Perdas

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	Nota	01/07/2025 a 31/12/2025 (Não auditado)	01/01/2025 a 31/12/2025
Ingressos e receitas da intermediação financeira		183.421	331.945
Operações de crédito	09	117.177	213.334
Aplicações interfinanceiras de liquidez	06	10.468	16.351
Resultado de títulos e valores mobiliários	07	48.931	89.401
Ingressos de depósitos intercooperativos		6.845	12.859
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(75.040)	(132.449)
Operações de captação no mercado	21	(75.040)	(132.449)
Resultado da intermediação financeira		108.381	199.496
Perdas esperadas de ativos e passivos financeiros		(26.235)	(58.977)
(Provisões) reversões para perdas esperadas de operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito		(26.066)	(58.585)
(Provisões) reversões para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas e outros compromissos		(166)	(407)
(Provisões) reversões para perdas esperadas com demais ativos financeiros		(3)	15
Resultado bruto da intermediação financeira		82.146	140.519
Ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(26.583)	(52.660)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	22	28.234	49.681
Dispêndios e despesas de pessoal	23	(23.528)	(43.611)
Outros dispêndios e despesas administrativas	24	(20.864)	(37.913)
Dispêndios e despesas tributárias		(226)	(410)
Outros ingressos e receitas operacionais	25	21.757	37.611
Outros dispêndios e despesas operacionais	26	(31.956)	(58.018)
Resultado operacional		55.563	87.859
Resultado antes da tributação sobre as sobras		55.563	87.859
Participações nas sobras		(5.259)	(5.259)
Sobras ou perdas do semestre/exercício		50.304	82.600

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	01/07/2025 a 31/12/2025 (Não auditado)	01/01/2025 a 31/12/2025
Sobras ou perdas do semestre/exercício	50.304	82.600
Total dos ajustes não incluídos na sobra líquida do semestre/exercício	0	0
(-) Outros Ajustes de avaliação patrimonial	0	0
Variação títulos e valores mobiliários de outros resultados abrangentes	0	0
Resultado abrangente atribuível do semestre/exercício	50.304	82.600

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no fim do exercício em 31/12/2024		99.055	61.663	10.895	20.067	191.680
Ajustes de transição Res. 4.966/21	04	-	-	-	730	730
Saldos no início do exercício em 01/01/2025		99.055	61.663	10.895	20.797	192.410
Destinação de sobras do exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	(20.067)	(20.067)
Capital de associados						
Aumento de capital	18	11.977	-	-	-	11.977
Baixas de capital	18	(8.978)	-	-	-	(8.978)
Reversão capital a pagar - Reserva	18	-	39	-	-	39
Sobras ou perdas do exercício	18	-	-	-	82.600	82.600
Destinações	18					
FATES - Estatutário	17	-	-	-	(13.593)	(13.593)
Juros sobre o capital próprio		12.001	-	-	(14.182)	(2.181)
Reserva legal - Estatutária		-	23.787	-	(23.787)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo		-	1.184	-	(1.184)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2025		114.055	86.673	10.895	30.584	242.207
Mutações do exercício		15.000	25.010	-	10.517	50.527
Saldos no início do semestre em 01/07/2025 (Não auditado)		98.126	61.665	10.895	33.026	203.712
Capital de associados						
Aumento de capital		6.755	-	-	-	6.755
Baixas de capital		(2.828)	-	-	-	(2.828)
Reversão capital a pagar - Reserva		-	37	-	-	37
Sobras ou perdas do semestre		-	-	-	50.304	50.304
Destinações	18					
FATES - Estatutário	17	-	-	-	(13.593)	(13.593)
Juros sobre o capital próprio		12.002	-	-	(14.182)	(2.180)
Reserva legal - Estatutária		-	23.787	-	(23.787)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo		-	1.184	-	(1.184)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2025		114.055	86.673	10.895	30.584	242.207
Mutações do semestre		15.929	25.008	-	(2.442)	38.495

Demonstração do Fluxo de Caixa

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	01/07/2025 a 31/12/2025 (Não auditado)	01/01/2025 a 31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	50.304	82.600
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com aplicações interfinanceiras de liquidez	(9)	(7)
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com relações interfinanceiras ativas	6	22
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com operações de crédito	(24.673)	(54.838)
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com outros ativos financeiros	(1.393)	(3.747)
(Provisões) Reversões para perdas esperadas de obrigações com instrumentos financeiros	(166)	(407)
Depreciações e amortizações	1.398	2.709
Baixas do ativo permanente	217	154
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	302	(27.372)
AJUSTES ÀS SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/PERÍODO	(24.318)	(83.486)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	25.986	(886)
(Aumento)/Redução em ativos operacionais	(164.098)	(319.266)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(62.844)	(48.693)
Títulos e valores mobiliários	(1.672)	(3.361)
Relações interfinanceiras ativas	20.826	(135)
Operações de crédito	(94.373)	(205.644)
Outros ativos financeiros	(26.016)	(60.549)
Outros ativos	(19)	(884)
Aumento/(Redução) em passivos operacionais	189.415	434.534
Depósitos	199.177	348.941
Relações interfinanceiras passivas	(34.519)	(3)
Outros passivos financeiros	49.327	212.269
Outros passivos	(24.902)	(127.633)
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	332	960
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	51.303	114.382
Aquisição de investimentos		2
Aquisição de imobilizado	(1.565)	(2.307)
Aquisição de intangível	(316)	(546)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(1.881)	(2.851)
Integralização de capital	6.755	11.977
Redução de capital	(2.828)	(8.978)
Distribuição de sobras	-	(20.067)
Juros sobre o capital próprio	(2.180)	(2.181)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	1.747	(19.249)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	51.169	92.282
Caixa e equivalente de caixa no início do período	773.431	732.318
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 05)	824.600	824.600

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

Nota 01 – Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio Grande do Norte - Sicredi Rio Grande do Norte (“Cooperativa”), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Central Sicredi Nordeste (“Central”) e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi (“Sicredi”). Trata-se de uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) com início das atividades em 06/05/1993 e sede situada na Rua Tuiuti, 765, na cidade de Natal - RN. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- I) Desenvolver programas de poupança, uso responsável do crédito e prestação de serviços, realizando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- II) Prestar assistência financeira aos associados, por meio da mutualidade, em suas atividades específicas;
- III) Atuar na formação educacional dos associados, promovendo o cooperativismo.

A execução dessas atividades segue a legislação vigente, os atos regulamentares oficiais, o estatuto social e as normas internas do Sicredi.

Em 31 de dezembro de 2025, o Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”) era composto por 100 Cooperativas de Crédito filiadas, com uma rede de atendimento com mais de 3.050 pontos ativos. A Sicredi Rio Grande do Norte opera em 11 pontos de atendimentos. A estrutura do sistema inclui ainda cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. (“SicrediPar”) – além da Confederação das Cooperativas do Sicredi (“Confederação Sicredi”), uma Fundação e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”).

A Cooperativa integra o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e abrangência nacional, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.933, de 29 de

julho de 2021. O FGCoop tem como finalidade garantir créditos em casos de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituições associadas, até o limite de R\$ 250 mil reais por CPF ou CNPJ. Também pode realizar operações de assistência, suporte financeiro e liquidez.

Além disso, a Cooperativa participa da Sicredi Fundos Garantidores (“SFG”), entidade sem fins lucrativos que forma reservas por meio de contribuições mensais e extraordinárias das cooperativas associadas. O objetivo é assegurar a credibilidade e a solvência das instituições participantes. As contribuições são compostas por uma parcela fixa, vinculada ao objetivo de cada fundo, e uma parcela variável, calculada com base no risco imputado ao sistema (níveis de liquidez, margem de capital e uso de dispositivos de segurança).

Nota 02 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes emanadas pela legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 06 (R2) 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47).

A emissão destas demonstrações financeiras, elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Cooperativa, foi aprovada pela Diretoria em 11 de março de 2026.

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados conforme requerido na Resolução CMN nº 4.818/20, nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das notas explicativas, não foram auditados, conforme dispensado às Cooperativas pela Resolução CMN nº 4.910/21.

2.1 Adoção de novas normas

a) Mudanças em vigor

A Cooperativa adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito. Classificando, ainda, os instrumentos financeiros em estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado, são 3 estágios de classificação. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”) e não mais com base na intenção;
- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação”;
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação;
- Vedação de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, de 1 de dezembro de 2023, Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26 de julho de 2024, Instruções Normativas BCB nº

537 a 543, de 05 de novembro de 2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção inicial

A Cooperativa, adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Conforme disposto no Art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, a aplicação dos novos critérios ocorreu de forma prospectiva e os efeitos do ajuste de transição foram reconhecidos diretamente nas sobras ou perdas acumuladas, líquidos dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota 04.

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025.

Nota 03 – Políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pela aplicação da Resolução CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 997 referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP).

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, relações interfinanceiras ativas cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros;

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”). Para determinar o modelo de negócios, a Instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- Como os gestores do negócio são remunerados; e
- Como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do “teste SPPJ” a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros;

A mensuração dos ativos e passivos financeiros para cada categoria de classificação contábil, são as seguintes:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação ou valores recebidos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação ou valores recebidos. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação ou valores recebidos reconhecidos diretamente como despesa ou receita na emissão ou aplicação do instrumento financeiro. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia do valor justo:

A hierarquia do valor justo (HVJ) é uma das formas de realizar a precificação dos ativos e passivos conforme suas negociações em mercado ou dados observáveis disponíveis, assim mensura-se o valor justo utilizando premissas adotadas pelo mercado, considerando seus riscos.

Os tipos de classificação dos inputs utilizados na mensuração do valor justo, baseada na sua confiabilidade e disponibilidade.

- HVJ1= Nível 1 de hierarquia de valor justo referente a preços cotados em mercados ativos para os instrumentos negociados;
- HVJ2 = Nível 2 de hierarquia de valor justo de dados observáveis, similar em mercados dos ativos ou Proxy;
- HVJ3 = Nível 3 de hierarquia de valor justo de dados não observáveis, modelos de apreamento desenvolvidos internamente.

IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

Em 1º de janeiro de 2025 as operações de Cédula de Produto Rural (CPR) foram reclassificadas para o grupo de “Outros ativos financeiros”, que até 31 de dezembro de 2024, estavam classificadas como “Títulos e valores mobiliários”, sem alteração de classificação/mensuração destes ativos, conforme evidenciado na nota 04.

V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

d) Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta a valor presente os pagamentos e recebimentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro.

A taxa de juros efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como:

- Receitas com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações); e
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada proporcional” para operações de crédito e com características de crédito.

e) Provisão para perdas

I. Visão Geral

O Banco Cooperativo Sicredi está enquadrado no segmento prudencial “S2”, conforme definido pela Resolução CMN nº 5.146, de 26 de junho de 2024. Em razão desse enquadramento, todas as instituições financeiras integrantes do Sistema Cooperativo Sicredi, incluindo a Cooperativa, devem adotar de forma consolidada, a metodologia completa de perdas esperadas para mensuração da provisão para perdas sobre ativos financeiros. Essa exigência decorre da presença de instituição do sistema nos segmentos S1, S2 ou S3, conforme previsto na referida norma, sendo aplicável a todas as entidades que compõem o sistema.

Nessa metodologia, foram desenvolvidos modelos estatísticos de perdas esperadas conforme disposto no Art. 40. da Resolução CMN nº 4.966/2021. A constituição da provisão para perdas esperadas observa ainda o disposto no § 1º do Art. 76 da Resolução BCB nº 352/2023 (Anexo I), que define níveis mínimos de provisão por carteira (C1 a C5 — de acordo com as características da operação de crédito e das garantias prestadas, quando existentes) e pelo número de meses de atraso contados a partir do mês do inadimplemento.

A Cooperativa registra perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros, caso houver:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”);
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default (moratória) considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, inclusive o atraso superior a 30 dias, mas que ainda não são considerados ativos com problemas de risco de recuperação (sem default). Para esses casos, a perda esperada é baseada no cálculo da probabilidade de default (PD) para o prazo remanescente da operação, devendo compor no mínimo a PD12 meses.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em risco de recuperação (em default), inclusive atraso superior acima de 90 dias. Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A perda esperada calculada com base nos dados observados estatísticos; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda.

Originalmente, quando a operação é concedida pela Cooperativa, a classificação de risco é registrada em estágio 1, e posteriormente, a cada data base de fechamento mensal, o Sicredi avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso de aumento, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de risco na recuperação, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de risco de recuperação, tiver estimativas insignificantes de recuperação, deverá ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou que apresentem atraso superior a 30 dias (limitado a 60 dias para carteiras específicas).

Os ativos que devem ser considerados como estágio 3 são todos os contratos que têm evidência de problema de risco de recuperação. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- **Probabilidade de default – PD:** A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;
- **Perda dada ao default – LGD:** A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da instituição para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente;
- **Exposição ao default – EAD:** É a exposição na data da inadimplência. Para créditos rotativos com limites é feita a estimativa da exposição no momento do default através de fatores de conversão. Já para créditos parcelados é considerado o saldo contábil da operação no mês do reporte.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

f) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas.

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. Exceções de enquadramento

em reestruturação, por força de norma, são marcadas no Cadoc 3040, quando assim requisitado pelo órgão regulador, e monitoradas ao longo do prazo do contrato. Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de risco de recuperação, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de risco de recuperação.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As operações serão baixadas para prejuízo se, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação.

A Cooperativa considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, ou seja, foi curado, quando os seguintes aspectos são alcançados:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Pagamento tempestivo de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhoria financeira significativa da contraparte; e
- Cumprimento de outras obrigações contratuais, caso existam, por um período suficiente para demonstrar melhoria financeira significativa da contraparte.

Reclassificação em Estágios (Processo de Cura): em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, os ativos financeiros passam por revisões periódicas de classificação de estágio, permitindo melhora conforme critérios definidos que levam em consideração a inexistência de parcelas vencidas e a manutenção de pagamentos e/ ou outras características que possibilitam identificar melhora na capacidade financeira para honrar as obrigações existentes.

g) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, para o registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros classificadas na categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

- Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

h) Ativos não financeiros mantidos para vendas

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19 e alterada pela Resolução CMN nº 5.116/2024, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- **Próprios:** representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- **Recebidos** de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas e consolidação de propriedade, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos nas demonstrações de sobras ou perdas no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em

que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os instrumentos de dívida, anteriormente nomeados como recursos de aceite e emissão de títulos, são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Operações de Arrendamento Mercantil – Arrendatário

A Cooperativa possui contratos de arrendamento, principalmente relacionados a edificações, veículos e equipamentos de uso utilizados em suas atividades operacionais. Esses contratos seguem práticas usuais de mercado, com cláusulas de reajuste anual indexadas à inflação.

Os ativos de direito de uso representam os bens arrendados e são inicialmente mensurados pelo valor presente das parcelas futuras do contrato de arrendamento. Já os passivos de arrendamento refletem os compromissos futuros de pagamento, também calculados com base no valor presente dessas parcelas, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao custo de captação do Banco. Após o reconhecimento inicial, os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do prazo do contrato ou da vida útil do ativo, o que for menor, enquanto os passivos de arrendamento são ajustados pela apropriação dos encargos financeiros e pela amortização dos pagamentos efetuados, podendo ainda sofrer reavaliações em caso de modificações contratuais.

q) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

r) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

s) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

II - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio

de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

t) Valor justo das operações

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

u) Moeda funcional

A moeda funcional da Cooperativa é o real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

v) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. No decorrer deste exercício, a Cooperativa não apresentou resultados classificados como não recorrentes.

Nota 04 – Efeito ajuste de transição

RESOLUÇÃO CMN 4.966/21

Os efeitos dos ajustes de transição, decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados no patrimônio líquido da Cooperativa. Esses ajustes foram contabilizados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	TOTAL
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	191.680
Ajuste de Transição Perda Esperada Res.4966 - Ativos e Passivos	675
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	55
Efeito no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025	730
Saldo do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025, após ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21	192.410

Ativo Financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Perda Esperada 31/12/2024	Ajuste transição Perda Esperada Res.4966	Perda Esperada 01/01/2025
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Mantido até o vencimento	115.593	-	(16)	(16)
Títulos e valores mobiliários	Negociação	644.515	-	-	-
Centralização financeira e relações interfinanceiras ativas	Custo amortizado	94.133	-	(59)	(59)
Operações de crédito	Custo amortizado	790.782	(58.148)	644	(57.504)
Outros ativos financeiros	Outros créditos / Custo amortizado	161.449	(4.293)	905	(3.388)
Total ativos financeiros		1.806.472	(62.441)	1.474	(60.967)

Ativo Financeiro	Reclassificações 01/01/2025	Saldo em 31/12/2024	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	-	115.577	Ativo financeiro ao custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	-	644.515	Ativo financeiro ao valor Justo por meio do Resultado
Centralização financeira e relações interfinanceiras ativas	-	94.074	Ativo financeiro ao custo amortizado
Operações de crédito	-	733.278	Ativo financeiro ao custo amortizado
Outros ativos financeiros	-	158.061	Ativo financeiro ao custo amortizado
Total ativos financeiros	-	1.745.505	

Passivo Financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Perda Esperada 31/12/2024	Ajuste transição Perda Esperada Res.4966
Depósitos	Custo amortizado	1.401.468	-	-
Relações interfinanceiras passivas	Custo amortizado	3	-	-
Outros passivos financeiros (a)	Custo amortizado	368	146	-
Outros passivos		150.013	-	-
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros		-	-	799
Total passivos financeiros		1.551.852	146	799

Passivo Financeiro	Perda Esperada 01/01/2025	Reclassificações 01/01/2025	Saldo em 01/01/2025 (b)	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos	-	-	1.401.468	Passivo financeiro ao custo amortizado
Relações interfinanceiras passivas	-	-	3	Passivo financeiro ao custo amortizado
Outros passivos financeiros (a)	-	125.660	126.174	Passivo ao custo amortizado
Outros passivos	-	(125.806)	24.207	
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	945	146	945	
Total passivos financeiros	945	-	1.552.797	

a) A provisão para perda esperada existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 146, refere-se a coobrigações assumidas pela cooperativa em operações anteriores, registradas apenas em contas de compensação.

b) Os valores dos saldos em 01/01/2025, são resultantes do somatório das colunas "saldo em 31/12/2024", "perda esperada 01/01/2025" e "reclassificações 01/01/2025", quando aplicáveis.

Nota 05 – Caixa e equivalentes de caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2025
Disponibilidades	9.657
Cotas de fundo de renda fixa (Nota 07)	718.128
Recursos transferidos - Centralização Financeira, líquida de provisão para perdas esperadas (Nota 08)	96.815
Total	824.600

As disponibilidades, as cotas de fundos de investimento em renda fixa e as aplicações interfinanceiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendidas as determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As cotas de fundo de renda fixa não possuem prazo de vencimento e a remuneração está vinculada a uma taxa próxima a 100% do CDI.

A centralização financeira e poupança são compostas pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2025 equivale a 101% do CDI.

Nota 06 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição de Carteira

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a período futuros.

Descrição	Operações de crédito			Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2023
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Depósitos interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (a)	-	30.645	133.655	164.300
Total aplicações mensuradas a custo amortizado	-	30.645	133.655	164.300
Provisão para perdas esperadas				(23)
Total líquido				164.277
Total circulante				30.645
Total não circulante				133.655
Total bruto				164.300

(a) As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

b) Classificação das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado (Alocados em Estágio 1).

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/ (Liquidação)	Provisão/ (Reversão)	Saldo em 31/12/2025
Estágio 1				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	115.577	48.723	(23)	164.277
Total	115.577	48.723	(23)	164.277

No período findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nas aplicações interfinanceiras de liquidez que ensejaram na migração para o Estágio 2 ou Estágio 3.

c) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Saldo em 31/12/2025
Rendas com depósitos interfinanceiros	16.351
Total	16.351

Nota 07 – Títulos e valores mobiliários

a) Composição de Carteira

Descrição	A vencer				Saldo em 31/12/2025
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Ativos Financeiros a VJR					
Carteira própria	718.128	-	-	-	718.128
Fundos de investimento	718.128	-	-	-	718.128
Participações de cooperativas	14.708	-	-	-	14.708
Total ativo financeiro a VJR	732.836	-	-	-	732.836
Total líquido	732.836	-	-	-	732.836
Total circulante		-	-	-	732.836
Total bruto		-	-	-	732.836

As participações de cooperativas são classificadas como instrumentos patrimoniais mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR). Entretanto, por se tratarem de participações societárias entre entidades do próprio sistema, sem mercado ativo ou intenção de negociação, sua mensuração é realizada com base no custo histórico ajustado por efeitos caixa, como JCP, aumentos de capital e distribuição de sobras.

b) Classificação dos títulos e valores mobiliários

I. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Descrição	Saldo em 31/12/2025
	Valor contábil
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	
Fundos de investimento	718.128
Total	718.128
Participações de cooperativas	14.707

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/ (Liquidação)	Provisão Líquida	Saldo em 31/12/2025
Participações de cooperativas	11.346	3.361	-	14.707
Fundos de investimento	633.168	84.960	-	718.128
Total	644.514	88.321	-	732.835

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPI.

II. Resumo de carteira consolidada por categoria de mensuração

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Valor Líquido de Perda Esperada
Mensurado ao valor justo por meio do resultado	732.836	-	732.836
Total	732.836	-	732.836

c) Participações de cooperativas

Descrição	31/12/2025
Cota Cooperativa Central	13.216
Sicredi Participações S.A - Cooperativas	1.487
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	2
Confederação Sicredi	2
Total	14.707

d) Hierarquia do valor justo

A Cooperativa classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de níveis de hierarquia, conforme demonstrado a seguir:

a) Nível 1 de hierarquia de valor justo referente a preços cotados em mercados ativos para os instrumentos negociados;

b) Nível 2 de hierarquia de valor justo de dados observáveis, similar em mercados dos ativos ou Prox.

c) Nível 3 de hierarquia de valor justo de dados não observáveis, modelos de apreçamento desenvolvidos internamente. No período apresentado, não foram identificados saldos classificados nesse nível.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários				
Fundos de investimento	718.128	-	-	718.128
Total	718.128	-	-	718.128

e) Resultado com títulos e valores mobiliários e derivativos

Descrição	31/12/2025
Cotas de fundos	89.401
Total	89.401

Nota 08 - Relações interfinanceiras ativas

a) Composição de Carteira

Descrição	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	96.852
Recursos transferidos - Centralização Financeira (Nota 05)	41
Pagamentos e recebimentos a liquidar	32
Transações de pagamentos instantâneos Total Circulante	96.925
Provisão para perdas esperadas - centralização financeira	(37)
Total líquido	96.888

b) Classificação das relações interfinanceiras ativas

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado (Alocados em Estágio 1)

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/ (Liquidação)	Provisão/ (Reversão)	Saldo em 31/12/2025
Estágio 1				
Relações interfinanceiras ativas	158.061	(61.136)	(37)	96.888
Total	158.061	(61.136)	(37)	96.888

Nota 09 – Operações de Crédito

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2025				Total da carteira
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Operações de crédito	27.649	217.456	370.203	460.939	1.076.247
Empréstimos e títulos descontados	26.769	196.322	318.014	368.014	909.119
Financiamentos	880	21.134	52.189	92.925	167.128
Provisão para perdas incorridas e esperadas					(86.725)
Subtotal - Operações de crédito, líquido de Perda de Crédito Incorrida e Esperada					989.522
Outros ativos financeiros	-	143.582	68.753	3.516	215.851
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 10)	-	140.825	65.036	1.721	207.582
Títulos com característica de concessão de crédito (Nota 10)	-	2.757	3.717	1.795	8.269
Provisão para perdas incorridas e esperadas					(7.104)
Subtotal - Outros ativos financeiros, líquido de Perda de Crédito Esperada					208.747
Total Bruto - 2025					1.292.098
Total circulante					827.643
Total não circulante					464.455
Total Provisão para perdas incorridas e esperadas					(93.829)
Total da carteira de crédito líquida de provisão					1.198.269

b) Composição das operações de crédito por estágios

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estagio 1	Estagio 2	Estagio 3	31/12/2025
Operações de crédito	981.720	27.395	67.132	1.076.247
Empréstimos e títulos descontados	822.959	21.941	64.219	909.119
Financiamentos	158.761	5.454	2.913	167.128
Provisão para perdas incorridas e esperadas	(21.707)	(10.605)	(54.413)	(86.725)
Subtotal - Operações de crédito, líquido de Perda de Crédito Incorrida e Esperada	960.013	16.790	12.719	989.522
Outros ativos financeiros	213.902	1.421	528	215.851
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 10)	205.633	1.421	528	207.582
Títulos com característica de concessão de crédito (Nota 10)	8.269	-	-	8.269

Provisão para perdas incorridas e esperadas	(6.185)	(489)	(430)	(7.104)
Subtotal - Outros ativos financeiros, líquido de Perda de Crédito Esperada	207.717	932	98	208.747
Total Bruto - 2025	1.195.622	28.816	67.660	1.292.098
Total Provisão para perdas incorridas e esperadas	(27.892)	(11.094)	(54.843)	(93.829)
Total da carteira de crédito líquida de provisão	1.167.730	17.722	12.817	1.198.269

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	31/12/2025
Saldo inicial	62.441
Ajuste de transição Res. 4.966 - constituição de provisão	-1.549
Constituição de provisão	58.585
Subtotal	119.477
Créditos baixados para prejuízo	(25.648)
Saldo final	93.829

d) Concentração das operações de crédito

Descrição	31/12/2025	%
10 maiores devedores	151.094	12%
50 maiores devedores	196.715	15%
100 maiores devedores	140.255	11%
Demais	804.034	62%
Saldo final	1.292.098	100%

e) Composição da carteira de créditos segregada por perfil de atividade econômica e faixas de vencimento

Descrição	31/12/2025				Total da carteira	%
	"Vencidas a partir de 15 dias"	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
PF Agro	105	2.186	2.417	4.942	9.650	1%
PF Urbano	7.773	103.748	89.805	82.782	284.107	22%
PJ	19.771	255.104	346.733	376.732	998.341	77%
Total - 2025	27.649	361.038	438.955	464.455	1.292.098	100%

f) Reconciliação da carteira bruta das operações de crédito, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3
Operações de crédito	735.250	(10.694)	(30.281)
Empréstimos e títulos descontados	607.300	(7.107)	(27.644)
Financiamentos	127.950	(3.587)	(2.637)
Outros ativos financeiros	122.616	(1.557)	(537)
Avais e Fianças Honrados	1	-	-
Valores a receber relativos a transações de pagamento	122.615	(1.557)	(537)
Títulos com característica de concessão de crédito	-	-	-
Total - 2025	857.866	(12.251)	(30.818)

Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
1.244	1.633	-	284.568	981.720
971	1.604	-	247.835	822.959
273	29	-	36.733	158.761
66	111	-	93.203	213.902
-	-	-	(1)	-
66	111	-	84.935	205.633
-	-	-	8.269	8.269
1.310	1.744	-	377.771	1.195.622

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3
Operações de crédito	20.250	(1.244)	(6.271)
Empréstimos e títulos descontados	17.848	(971)	(6.122)
Financiamentos	2.402	(273)	(149)
Outros ativos financeiros	295	(66)	-
Valores a receber relativos a transações de pagamento	295	(66)	-
Total - 2025	20.545	(1.310)	(6.271)

Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
10.694	953	-	3.013	27.395
7.107	953	-	3.126	21.941
3.587	-	-	(113)	5.454
1.557	-	-	(365)	1.421
1.557	-	-	(365)	1.421
12.251	953	-	2.648	28.816

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2
Operações de crédito	35.337	(1.633)	(953)
Empréstimos e títulos descontados	34.472	(1.604)	(953)
Financiamentos	865	(29)	-
Outros ativos financeiros	242	(111)	-
Valores a receber relativos a transações de pagamento	242	(111)	-
Total - 2025	35.579	(1.744)	(953)

Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
30.281	6.271	(25.648)	23.477	67.132
27.644	6.122	(24.998)	23.536	64.219
2.637	149	(650)	(59)	2.913
537	-	-	(140)	528
537	-	-	(140)	528
30.818	6.271	(25.648)	23.337	67.660

g) Reconciliação de perdas esperadas das operações de crédito, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3
Operações de crédito	22.508	(816)	(4.203)
Empréstimos e títulos descontados	20.645	(708)	(3.969)
Financiamentos	1.863	(108)	(234)
Outros ativos financeiros	3.129	(76)	(62)
Valores a receber relativos a transações de pagamento	3.129	(76)	(62)
Títulos com característica de concessão de crédito	-	-	-
Total - 2025	25.637	(892)	(4.265)

Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
494	1.037	-	2.687	21.707
460	1.019	-	2.819	20.266
34	18	-	(132)	1.441
5	79	-	3.110	6.185
5	79	-	3.104	6.179
-	-	-	6	6
499	1.116	-	5.797	27.892

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3
Operações de crédito	7.703	(494)	(3.031)
Empréstimos e títulos descontados	7.208	(460)	(2.957)
Financiamentos	495	(34)	(74)
Outros ativos financeiros	72	(5)	-
Valores a receber relativos a transações de pagamento	72	(5)	-
Total - 2025	7.775	(499)	(3.031)

Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
816	654	-	4.957	10.605
708	654	-	3.984	9.137
108	-	-	973	1.468
76	-	-	346	489
76	-	-	346	489
892	654	-	5.303	11.094

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2
Operações de crédito	27.294	(1.037)	(654)
Empréstimos e títulos descontados	26.686	(1.019)	(654)
Financiamentos	608	(18)	-
Total ativos financeiros	180	(79)	-
Avais e Fianças Honrados	-	-	-
Valores a receber relativos a transações de pagamento	180	(79)	-
Total - 2025	27.474	(1.116)	(654)

Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
4.203	3.031	(25.648)	47.224	54.413
3.969	2.957	(24.998)	45.116	52.057
234	74	(650)	2.108	2.356
62	-	-	267	430
-	-	-	0	-
62	-	-	267	430
4.265	3.031	(25.648)	47.491	54.843

h) Resultado com operações de crédito

Descrição	31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados	181.944
Financiamentos	28.553
Variação cambial	687
Outros	3
Subtotal	211.181
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.153
Total	213.334

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2025, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 64.608.

Nota 10 – Outros Ativos Financeiros

Outros Ativos financeiros ao Custo Amortizado

Descrição	31/12/2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 09)	205.861
Títulos com característica de concessão de crédito (Nota 09)	6.474
Ressarcimento de despesas	1.238
Dividendos a receber	5
Operações com cartões (b)	14.853
Cotas de consórcio	-
Outros	1.449
Total Circulante	229.880
Títulos com característica de concessão de crédito (Nota 09)	1.795
Devedores por depósitos em garantia	361
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 09)	1.721
Total não circulante	3.877
Provisão para perdas incorridas e esperadas	(7.107)
Total	226.650

(a) Valores a receber referentes a transações de pagamento, de associados (carteira de emissão) ou do Banco Cooperativo Sicredi (repasses das receitas sobre a carteira de adquirência).

(b) Valores a receber de associados relativo às transações com cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

Nota 11 – Outros Ativos

Descrição	31/12/2025
Outros valores e bens	3.516
Despesas antecipadas	109
Outros Valores e Bens - Provisões	(405)
Adiantamentos e antecipações salariais	197
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	475
Adiantamentos para Confederação Sicredi (a)	369
Impostos e contribuições a compensar (b)	376
Valores a regularizar	107
Valores a receber SFG	165

Outros	102
Total	5.011
Despesas antecipadas	12
Total não circulante	12
Total	5.023

(a) Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(b) Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a pagamentos indevidos ou a maior de tributos e também a retenções sofridas de impostos com direito à compensação. Estes valores serão compensados através de PER/DCOMP Web ou através de Pedidos de Restituição à Receita Federal e Prefeituras.

a) Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2025
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	3.516
Imóveis	2.970
Máquinas e equipamentos	546
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(405)
Despesas antecipadas	109
Total Circulante	3.220
Despesas antecipadas	12
Total Não Circulante	12
Total	3.232

Nota 12 – Imobilizado de Uso e Intangível

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2025		
		Custo	Depreciação / Amortização	Líquido
Imobilizado de uso	-	29.204	(11.953)	17.251
Imobilizações em curso	-	387	-	387
Terrenos	-	4.509	-	4.509
Edificações	4%	7.577	(3.694)	3.883
Instalações	10%	1.259	(476)	783
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.951	(3.162)	1.789
Móveis e equipamentos	10%	4.393	(1.666)	2.727
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.298	(500)	798
Equipamentos de processamento de dados	20%	3.615	(2.270)	1.345
Veículos	20%	750	(169)	581
Arrendamentos		465	(16)	449
Intangível		2.566	(1.273)	1.293
Investimentos Confederação	20%	2.493	(1.200)	1.293
Outros ativos intangíveis	20%	73	(73)	-

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos “Adiantamentos para Confederação Sicredi” para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

Nota 13 – Depósitos

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Descrição	31/12/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	633.534	-	-	633.534
Depósitos a prazo	20.641	27.833	1.068.401	1.116.875
Carteira total	654.175	27.833	1.068.401	1.750.409
Total circulante				682.008
Total não circulante				1.068.401

Nota 14 – Outros Passivos Financeiros

Descrição	31/12/2025
Recursos em trânsito de terceiros (b)	319
Operações com cartões (c)	212.055
Arrendamentos - Valores a pagar (a)	413
Total Circulante	212.787
Total	212.787

(a) Arrendamentos - A Cooperativa possui registros em ‘Outros Passivos Financeiros’, referentes a contratos de arrendamento reconhecidos conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Esses valores representam obrigações futuras decorrentes do direito de uso de ativos, com contabilização conforme o modelo previsto na norma, incluindo a apropriação dos encargos financeiros ao longo do prazo contratual.

Descrição	31/12/2025
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	
Novos contratos	784
Encargos financeiros	(371)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	413

(b) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

(c) As operações com cartões, referem-se as operações realizadas pelos associados em compras à vista e parceladas com cartões Visa e Mastercard, cujos pagamentos serão realizados aos credenciadores, relativos à agenda financeira de emissão.

Nota 15 – Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

a) Composição

A provisão para garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, referem-se às responsabilidades que as Cooperativas assumem ao garantir operações de crédito realizadas por seus cooperados junto ao Banco Sicredi.

Descrição	31/12/2025
Provisões para garantias financeiras prestadas	232
Provisões para compromissos de crédito	1.120
Total	1.352

b) Movimentação das provisões para garantias financeiras e compromissos de crédito

Descrição	31/12/2025
Saldo inicial	146
Ajuste de transição Res. 4.966 - constituição de provisão	799
Subtotal	945
Constituição/reversão de provisão	407
Saldo final	1.352

Nota 16 – Provisões para Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhista

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2025
Trabalhista	Provável	478
Cível	Provável	230
Total não circulante		708

Natureza	31/12/2024	Constituição / Atualização de Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2025
Trabalhista	535	463	(520)	478
Cível	203	91	(64)	230
Tributária	4	-	(4)	46.116
Total não circulante	742	554	(588)	708

Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2025	
	Quantidade	Total
Cível	14	975
Total	14	975

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 361, apresentados na nota 10 de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

Nota 17 – Outros Passivos

Descrição	31/12/2025
Provisão para pagamentos a efetuar	5.377
Provisão para pagamentos a efetuar empresas do grupo	1.086
Cotas de capital a pagar	2.080
Provisão para participações nos lucros	5.259
Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES (destinação ano corrente)	13.593
Impostos e contribuições a recolher	5.176
Contas a pagar - credores diversos	696
Contas a pagar empresas do grupo	1.631
Cobrança e arrecadação de tributos	606
Valores a regularizar	38
Juros LFSC a pagar - capitalização	392
Total Circulante	35.934

Nota 18 – Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2025
Capital social inicial	99.055
Integralização de Capital - quotas partes	11.977
Baixa de Capital	(8.978)
Juros ao Capital próprio	12.001
Capital social final	114.055

Em 31 de dezembro de 2025, o total de associados foi de 31.563.

b) Juros ao capital

Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 14,23% em Capital, no montante de R\$ 14.182, sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a reserva legal

Desde 2023, a cooperativa contabiliza a reversão de capital não procurado por ex-associados há mais de cinco anos, conforme a Lei Complementar nº 196/22. Em 31 de dezembro de 2025, o valor foi de R\$ 39.

d) Destinações estatutárias e legais

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

Descrição	31/12/2025
Sobras e perdas do exercício	82.600
(-) Juros sobre capital próprio	(14.182)
(-) Recuperação de Prejuízo - Reserva Legal	(1.184)
(+) Ajuste de transição conforme Res. 4.966/21 (a)	(730)
(+) Incorporação nas sobras - Ajuste de transição conforme Res. 4.966/21 (a)	730
(-) Reserva legal - Ajuste de transição conforme Res. 4.966/21 (a)	-
(=) Base de calculo das destinações estatutárias	67.964

Descrição	% das destinações 2025	31/12/2025
FATES	20,00%	(13.593)
Reserva Legal	35,00%	(23.787)
(=) Total das destinações		(37.380)
Sobras Líquidas a disposição da AGO		30.584

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os saldos foram impactados pelos ajustes de transição decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21. Esses ajustes foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em janeiro de 2025, conforme previsto na norma, e visam alinhar os registros contábeis às novas diretrizes de mensuração e evidenciação aplicáveis ao segmento cooperativo.

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	87.859
Participação nas sobras	(5.259)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	82.600
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(33.040)
Efeito dos ajustes previstos na legislação	
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	32.641
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	5.673
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(874)

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

Nota 20 - Transações com partes relacionadas

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2025
Ativo	
Aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de provisão	164.277
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos líquido de provisões	732.836
Centralização financeira	96.815
Outros ativos financeiros, líquido de provisão	207.587
Outros ativos	534
Intangível (Nota 12)	1.293
Passivo	
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	232
Outros passivos	3.109
Receitas	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 06)	16.351
Títulos e valores mobiliários	89.401
Ingressos de depósitos intercooperativos	12.859
Ingressos e receitas de prestação de serviços	12.363
Outros ingressos e receitas operacionais	459
Outros dispêndios e despesas administrativas	3.040
Outros dispêndios e despesas operacionais	9.126

Os grupos contábeis acima, que não apresentam referência ao número da nota explicativa, devem-se ao fato de que sua composição não envolve exclusivamente transações com partes relacionadas.

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Descrição	31/12/2025	% em relação ao total
Depósitos a vista (Nota 13)	590	0,11%
Depósitos a prazo (Nota 13)	6.766	0,78%
Operações de crédito (Nota 09)	1.218	0,09%

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade.

Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Descrição	31/12/2025
Pessoas chave da administração	8.849

Nota 21 - Despesas com operações de captações de mercado

Descrição	2º semestre de 2025 (Não auditado)	31/12/2025
Depósitos de aviso prévio	201	378
Depósitos a prazo	73.603	129.723
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	1.236	2.348
Total	75.040	132.449

Nota 22 - Ingressos e receitas de prestação de serviços

Descrição	2º semestre de 2025	31/12/2025
Cobrança	3.255	6.297
Comissões	10	15
Consórcios	3.360	5.425
Convênios	121	233
Demais serviços bancários	307	525
Seguros	3.953	6.938
Taxas e tarifas	951	1.865
Serviços de pagamento	16.270	28.364
Outros serviços	7	19
Total	28.234	49.681

Nota 23 - Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2º semestre de 2025	31/12/2025
Remuneração	14.224	26.535
Benefícios	3.817	7.522
Encargos sociais	5.454	9.511
Treinamentos	33	44
Total	23.528	43.612

Nota 24 - Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2º semestre de 2025	31/12/2025
Água, energia e gás	177	355
Aluguéis	814	1.577
Comunicação	289	578
Manutenção e conservação	661	1.277
Material de expediente	178	350
Licença Software - Confederação	447	836
Promoções e relações públicas	2.000	3.305
Comunicação corporativas filiadas	292	654
Programa de Recompensa - Confederação	462	832
Serviços do sistema financeiro	1.465	2.746
Auditoria externa	22	49
Serviços de terceiros	615	1.254
Serviços de técnicos especializados	3.541	5.576
Serviços de vigilância e segurança	572	1.166
Serviços de transportes	775	1.511
Depreciação	1.170	2.270
Amortização	228	439
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	5.207	9.664
Emolumentos e taxas diversas	613	884
Seguros	22	46
Despesas com Viagens	19	20
Rateios Confederação	376	717
Outras despesas administrativas	919	1.807
Total	20.864	37.913

Nota 25 - Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2º semestre de 2025	31/12/2025
Absorção de dispêndios - FATES	5.212	9.670
Antecipação de obrigações de transações de pagamento	12.052	20.578
Lucros na alienação de valores e bens	441	441
Recuperação de encargos e despesas	334	961
Reversão de provisões operacionais	1.105	1.151
Reversão de provisões passivas não associadas a risco de crédito - Outros	1.048	2.110
Juros ao capital - Central Sicredi Nordeste	666	1.264
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	282	524
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	269	520
Juros ao capital	12	12
Outras rendas operacionais	336	380
Total	21.757	37.611

Nota 26 - Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2º semestre de 2025	31/12/2025
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.807	2.937
Contribuições Cooperativistas	92	183
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	278	506
Contribuição Confederação Sicredi	4.129	7.384
Contribuições Cooperativa Central Sicredi Nordeste	706	1.236
Serviços associados a transações de pagamento	20.914	36.812
Risco operacional	135	1.218
Tarifa serviços folha pagamento servidores	75	142
Distribuição de produtos e serviços bancários	105	290
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	2.231	4.604
Despesas de provisões passivas não associadas a risco de crédito - Contingências	1.072	1.929
Outras despesas operacionais	412	777
Total	31.956	58.018

Nota 27 – Estrutura de gerenciamento de riscos e de capital

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;

- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade;
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.”

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem

a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através da Análise de Impacto ao Negócio (BIA), são identificados os serviços considerados críticos, bem como suas respectivas dependências, incluindo TI e os terceiros que suportam estes serviços. Com base nessa análise, são definidas as estratégias e os planos de contingência necessários para assegurar a continuidade dos principais processos de negócios da instituição.

Os princípios fundamentais e a estrutura para garantir a resposta adequada em situações de recuperação, restauração e manutenção dos níveis acordados de disponibilidade dos serviços críticos estão estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e detalhados na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e

realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas

financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto) regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação

e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

Nota 28 - Notas de Basileia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	240.915
Nível I (NI)	240.915
Capital principal - CP	240.915
Capital social	114.055
Reservas de capital	97.568
Sobras acumuladas	30.584
Ajustes Prudenciais	(1.292)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.199.857
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	15.623
Margem de Capital	99.307
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,08%
Situação de Imobilização (Imob)	17.251
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,16%

Nota 29 - Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratação de seguros em diversas modalidades, cujas coberturas são avaliadas como adequadas pela Administração e pelos agentes seguradores para mitigar eventuais riscos de sinistros.

Em 31 de dezembro de 2025, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 30 - Outras informações

Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, com o objetivo de simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro. A primeira regulamentação ocorreu em janeiro de 2025, por meio da Lei Complementar nº 214/25. Essa reforma representa a maior transformação do sistema tributário em décadas, trazendo simplificação, transparência e previsibilidade para a sociedade e os setores econômicos.

O novo modelo substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por três: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo (IS), aplicado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A vigência começa em 2026, com transição até 2033, permitindo adaptação gradual. Para o Sicredi, as operações mais relevantes estarão enquadradas em regimes específicos para cooperativas e serviços financeiros, mantendo alíquota zero para IBS e CBS, mas exigindo novas obrigações acessórias, como ampliação da emissão de notas fiscais, a Declaração dos Regimes Financeiros (DERE) e atualização cadastral dos associados.

Em 2025, o Sicredi iniciou uma preparação estruturada, envolvendo tecnologia, processos, governança e gestão da mudança. Foram criados grupos de trabalho para ajustar sistemas, revisar contratos, realizar simulações e orientar as cooperativas por meio das pessoas de referência da reforma tributária. Essa atuação integrada reforça o compromisso do Sistema com uma transição responsável, planejada e alinhada aos princípios de transparência, sustentabilidade e cuidado com os associados. Como ainda existem regulamentações pendentes, o Sicredi segue acompanhando as discussões e avaliando os impactos das normas já publicadas e das futuras regulamentações para garantir análises precisas sobre seus produtos e serviços.

Edvaldo Barbosa de Vasconcelos
Diretor Executivo

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/0-8

Adriano Carlos Borges Alves
Diretor de Operações

Parecer do Conselho Fiscal

Natal / RN, 18 de março de 2026

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Sicredi Rio Grande do Norte e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 2025.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu, somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

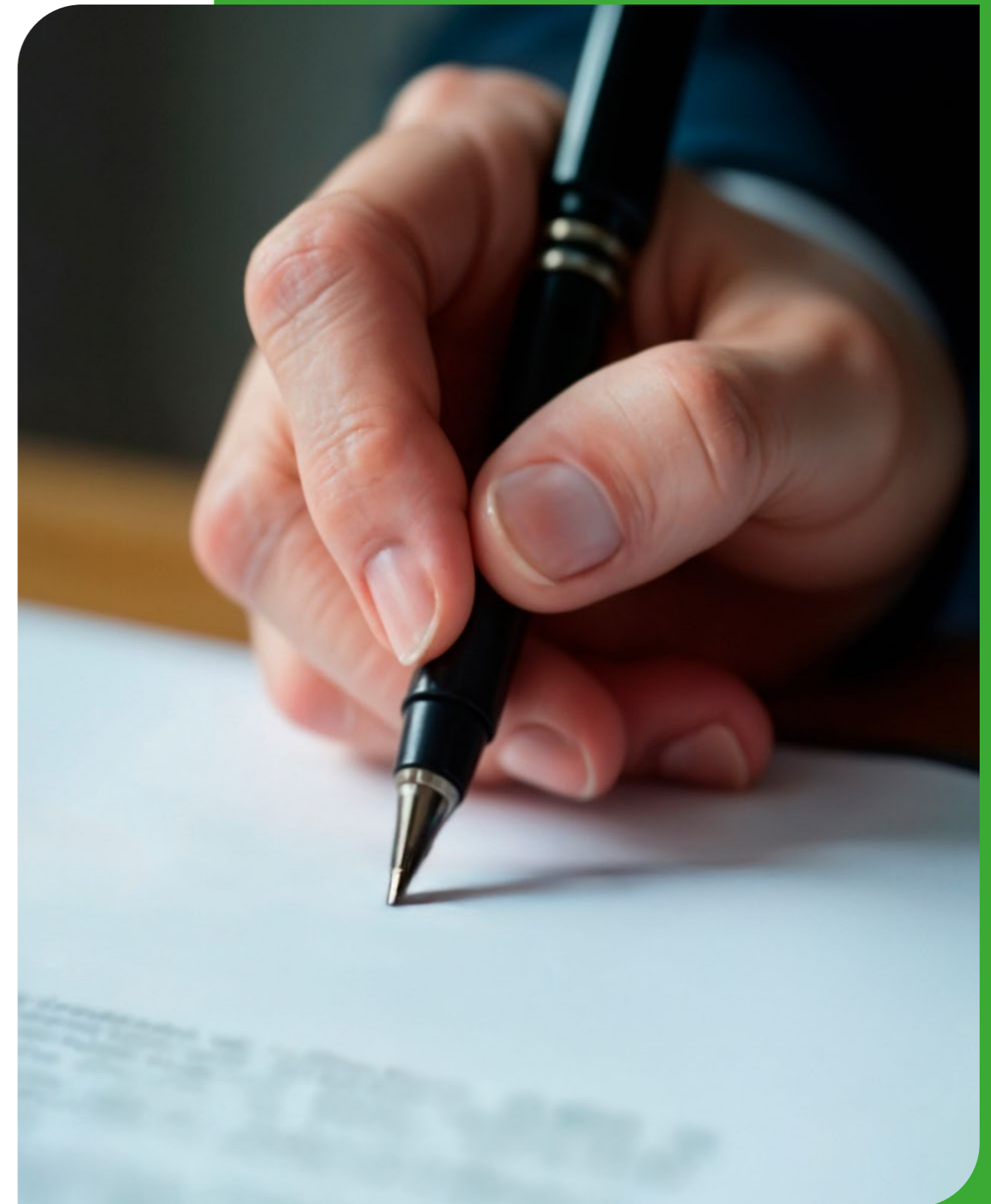
Atenciosamente,

Luis Eduardo Barbalho de Mello
Conselheiro

Manoel Marques de Melo
Conselheiro

Luis Henrique Lopes Lira
Conselheiro

Francisco das Chagas Pinheiro
Conselheiro



Parecer da Auditoria Independente

Deloitte

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio Grande do Norte – Sicredi Rio Grande do Norte
Natal – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio Grande do Norte – Sicredi Rio Grande do Norte (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio Grande do Norte – Sicredi Rio Grande do Norte, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo

com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldo de abertura referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Os valores correspondentes apresentados nas demonstrações da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativos a 31 de dezembro de 2024, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 11 de março de 2025, sem modificação.

Valores referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025 não auditados

Os valores referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados nas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como em determinadas notas explicativas, não foram auditados por nós, em função da dispensa às cooperativas de crédito singulares pela Resolução CMN nº 4.910/21, referentemente à data-base de 30 de junho.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Cooperativa é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

* Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 1SP 214.144/0-1

Contador: Dario Ramos da Cunha

CRC nº 2SP 011609/0-8 "F" RS

Rede de Atendimento

Agência Sede

Rua Tuiuti, 765 – Petrópolis
Natal/RN – CEP: 59.014-160
Fone: (84) 4009-3535

Agência Mossoró

Av. Rio Branco, 4170
Bom Jardim – Mossoró/RN
CEP: 59.618-720
Fone: (84) 4009-3503

Agência Cidade Verde

Av. Ayrton Senna, 1995 –
Salas L28 e L29
Nova Parnamirim – Parnamirim/RN
CEP: 59.151-610
Shopping Cidade Verde
Fone: (84) 4009-3507

Agência Currais Novos

Rua Lula Gomes, 83
Centro – Currais Novos/RN
CEP: 59.380-000
Fone: (84) 4009-3505

Agência Caicó

Avenida Seridó, 880
Centro – Caicó/RN
CEP: 59.300-000
Fone: (84) 4009-3504

Agência Pau dos Ferros

R. Quintino Bocaiúva, 46
Centro – Pau dos Ferros/RN
CEP: 59.900-000
Fone: (84) 4009-3509

Agência São Gonçalo do Amarante

Av. Bacharel Tomaz Landim, s/n
Seridó Mega Center – Loja 5H
Igapó – São Gonçalo do Amarante/RN
CEP: 59.296-802
Fone: (84) 4009-3510

Agência Assú

R. Sinhazinha Wanderley, 944
Andar Térreo - Centro – Assú/RN
CEP: 59.650-000
Fone: (84) 4009-3511

Agência Goianinha

Av. Monsenhor Armando de Paiva, 137
Loja 27 - Cangaíba – Goianinha/RN
CEP: 59.173-000
Fone: (84) 4009-3508

Agência Apodi

Rua São João Batista, 96
Centro - Apodi/RN
CEP: 59.700-000
Fone: (84) 4009-3512

Agência Santa Cruz

Rua Amaro Cavalcante, 29B
Centro - Santa Cruz/RN
CEP: 59.200-000
Fone: (84) 4009-3513





www.sicredi.com.br/riograndedonorte